



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DULCE MARIA PENAFORTE MAIA**

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE  
SANTARÉM/PA NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS  
PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NA AMAZÔNIA**

**SANTARÉM-PA  
2025**

**DULCE MARIA PENAFORTE MAIA**

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE  
SANTARÉM/PA NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS  
PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NA AMAZÔNIA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas  
para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas;  
Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto Ciências da  
Sociedade.

Orientadora: Prof. Dr. Sandro Augusto Viegas Leão

**SANTARÉM-PA  
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

M217s Maia, Dulce Maria Penaforte

O sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Santarém/PA no contexto da questão agrária e políticas públicas para agricultura familiar no Brasil e na Amazônia. / Dulce Maria Penaforte Maia. - Santarém, 2025.

84 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Sandro Augusto Viegas Leão.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharel em Ciências Econômicas.

1. Questão Agrária. 2. Sindicato. 3. Políticas Públicas. 4. Agricultura familiar. I. Leão, Sandro Augusto Viegas, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 338.109811



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, na **Unidade Tapajós – BSE Sala 208L**, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **DULCE MARIA PENAFORTE MAIA** (matrícula: 2019012959), intitulada: “História Agrária e Políticas Públicas para Agricultura Familiar: um estudo de caso a partir do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém-Pa”, sob orientação do Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão que compôs a banca examinadora com a Profª. Dra. Andréa Simone Rente Leão e o Prof. Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva. O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, depois as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a **nota 9,6** e fez a sugestão de mudança do título da monografia para **O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM-PARÁ NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR**. Nada mais havendo a tratar, eu Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Dr. Sandro Augusto Viégas Leão – Orientador

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SANDRO AUGUSTO VIEGAS LEAO  
Data: 15/03/2025 09:35:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Andréa Simone Rente Leão – Membro da banca

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANDREA SIMONE RENTE LEAO  
Data: 14/03/2025 17:10:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva – Membro da banca

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUIZ GONZAGA FEIJAO DA SILVA  
Data: 14/03/2025 16:36:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dulce Maria Penaforte Maia – Discente

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DULCE MARIA PENAFORTE MAIA  
Data: 14/03/2025 18:36:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por todas as coisas, especialmente pelo auxílio espiritual em tudo que faço. Aos meus pais e família, pelo apoio incondicional. Agradeço aos professores do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), pelo empenho e dedicação em formar economistas capazes e preocupados com as singularidades da região Amazônica.

Agradeço aos meus orientadores: à professora Andréa Leão pelo auxílio no pré-projeto desta monografia, e por suas valiosas contribuições, e ao professor Sandro Leão, meu orientador, que se empolgou com o tema desde as primeiras discussões, dedicou seu tempo e conhecimento à construção e validação deste trabalho.

Agradeço à Ufopa, pelo ambiente de aprendizado, experiências e tantas oportunidades proporcionadas. Viva a universidade pública! Ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia (Gepesa), do qual fiz parte neste último ano de graduação, e me rendeu muito conhecimento, experiências incríveis e novos amigos. Ao projeto de Extensão Finanças para Empreendimento Solidários (Fineesol), da mesma forma, me proporcionou amadurecimento, conhecimento e amigos.

Um agradecimento especial ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), e as pessoas que responderam aos questionários, pelo acolhimento e solicitude com esta pesquisadora. Agradeço aos meus amigos de turma, o meu “quinteto” especial, e minha dupla Vanessa Fontineli por todo apoio e auxílio mútuo durante estes anos. A todos os citados, muito obrigada!

## RESUMO

Essa monografia aborda de forma geral, a história da questão agrária no Brasil e na Amazônia, destacando a desigualdade na distribuição de terras e a exploração do trabalho rural, o contexto da reforma agrária e dos processos de construção de políticas públicas para agricultura familiar. A partir deste contexto, apresenta um estudo sobre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), destacando sua atuação na organização e luta pelos direitos dos agricultores familiares ao longo de 50 anos. Isso é feito a partir das percepções de sindicalistas ainda em atividades e outros que atuaram na história do STTR. O objetivo geral da monografia é analisar a atuação do STTR no contexto da questão agrária e das políticas públicas para a agricultura familiar. Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho incluem, quanto ao tipo de estudo, uma abordagem bibliográfica, documental, qualitativa e de campo, com técnicas de coleta e análise de dados baseadas em um roteiro de entrevista semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, aplicado a oito ex e atuais representantes do STTR. Os resultados mostram que o STTR foi fundamental na conquista de direitos como acesso à terra, crédito rural, previdência social e mercados institucionais, além de promover a organização comunitária e a resistência contra a exploração do agronegócio. As considerações finais apontam que, apesar dos avanços, o sindicato enfrenta desafios como a expansão do agronegócio, mudanças climáticas e a evasão de sócios, necessitando de maior engajamento e adaptação às novas demandas. O trabalho contribui para o debate sobre políticas públicas para a agricultura familiar e destaca a importância das organizações sociais na luta por justiça e sustentabilidade no campo, a exemplo do STTR.

**Palavras-Chaves:** Questão Agrária. Sindicato. Políticas Públicas. Agricultura Familiar.

## **ABSTRACT**

This monograph provides a general overview of the history of agrarian issues in Brazil and the Amazon, highlighting the inequality in land distribution and the exploitation of rural labor, the context of agrarian reform, and the processes of constructing public policies for family farming. Based on this context, it presents a study of the Rural Workers' Union of Santarém (STTR), emphasizing its role in organizing and fighting for the rights of family farmers over 50 years. This is done through the perspectives of union members who are still active and others who have been part of the STTR's history. The general objective of the monograph is to analyze the performance of the STTR in the context of the agrarian issue and public policies for family farming. The methodological procedures adopted in this work include a bibliographic, documentary, qualitative, and field approach, with data collection and analysis techniques based on a semi-structured interview guide with open and closed questions applied to eight former and current representatives of the STTR. The results show that the STTR was crucial in securing rights such as access to land, rural credit, social security, and institutional markets, in addition to promoting community organization and resistance against agribusiness exploitation. The final considerations point out that, despite the progress, the union faces challenges such as the expansion of agribusiness, climate change, and member attrition, requiring greater engagement and adaptation to new demands. The work contributes to the debate on public policies for family farming and highlights the importance of social organizations in the fight for justice and sustainability in rural areas, as exemplified by the STTR.

**Keywords:** Agrarian Issue. Union. Public Policies. Family Farming.

## LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACOSPER	Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará
APRUSAN	Associação dos Produtores Rurais de Santarém
CAFAR	Casa Familiar Rural
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CFCP	Crédito Fundiário de Combate à Pobreza
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores Agrícolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FASE	Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base
FETAP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLONA	Floresta Nacional do Tapajós
FMI	Fundo Monetário Nacional
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNAGRI	Fundo Geral para a Agricultura e Indústria
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNDAG	Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola
FUNFERTIL	Fundo de estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEBAM	Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas
GETAT	Grupo de trabalho da Agricultura e Terras
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins
GR	Grupo de Revenda
GRET	Grupo de Trabalho sobre Estatuto da Terra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICM	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IR	Imposto de Renda
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
ITR	Instituto de Territorial Rural
MAB	Movimento de Atingido por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAMC	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEB	Movimento de Educação de Base

MEPF	Ministro Extraordinário de Desenvolvimento Agrário de Política Fundiária
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIN	Programa de Integração Nacional
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDA	Programa Nacional de Defensivos Agrícolas
PNFCA	Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPs	Políticas Públicas
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa de Educação na Reforma agrária
PRO-RURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PSA	Projeto Saúde e Alegria
PT	Partido dos Trabalhadores
SINDPESCA	Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais e Aquicultores de Santarém
SINTTRAF	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TI	Terra Indígena
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 DA QUESTÃO AGRÁRIA A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA</b> .....	13
<b>1.1 A Questão Agrária no Período Colonial 1500 a 1822</b> .....	14
<b>1.2 A Questão Agrária no Período Imperial 1822 a 1889</b> .....	16
<b>1.3 A Questão Agrária no Período Republicano 1889 a 1964</b> .....	18
<b>1.4 Contexto da Questão Agrária no Período da Ditadura Militar 1964 a 1985</b> .....	22
<b>1.5 Questão Agrária Brasileira e a Redemocratização</b> .....	28
<b>1.6 Amazônia e a Questão Agrária</b> .....	36
<b>2 SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS EM SANTARÉM (STTR): CONTEXTO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO E LUTAS</b> .....	40
<b>2.1 Antecedentes: Formação do Campesinato Santareno</b> .....	40
<b>2.2 História e Evolução do Sindicato: Conquista do Sindicato em 1980</b> .....	47
<b>2.3 Atuação e Influência do Sindicato na Agricultura Familiar nas Décadas de 1980 e 1990</b> .....	53
<b>2.4 Entrada do Século XXI: Novos Problemas, Novas Reivindicações</b> .....	55
<b>3 PERCEPÇÕES SOBRE POLITICAS PUBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	60
<b>3.1 Conceituação: Agricultura Familiar e Políticas Públicas</b> .....	60
<b>3.2 Percepção do STTR Acerca e Políticas Públicas e Desenvolvimento para Agricultura Familiar</b> .....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	76
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	79
<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)</b> .....	84

## INTRODUÇÃO

Essa monografia aborda de forma geral, a história da questão agrária no Brasil e na Amazônia, em um dado período histórico e o contexto dos processos de construção de políticas públicas para agricultura familiar. A partir disso, apresenta um estudo sobre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), destacando sua atuação na organização e luta pelos direitos dos agricultores familiares ao longo de 50 anos. Isso é feito a partir das percepções de sindicalistas ainda em atividades e outros que atuaram na história do STTR.

A estrutura fundiária brasileira é marcada pela concentração de terras desde o período colonial, refletindo a desigualdade social e econômica do país. A Amazônia, em particular, foi palco de conflitos agrários, desapropriações de terras indígenas e exploração do trabalho, especialmente durante a ditadura militar.

No período colonial, a terra foi utilizada para a exploração de recursos como o açúcar e o ouro, com o trabalho escravo indígena e africano. No período imperial, a Lei de Terras de 1850 consolidou a propriedade privada da terra, excluindo os ex-escravos e camponeses do acesso à terra. Durante a República Velha, a concentração fundiária se intensificou, e os conflitos agrários aumentaram, especialmente no Nordeste.

A ditadura militar (1964-1985) promoveu a modernização conservadora da agricultura, beneficiando grandes proprietários e excluindo os pequenos agricultores. A redemocratização trouxe avanços, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Estatuto da Terra, mas a reforma agrária permaneceu limitada.

Na Amazônia, a questão agrária está ligada à exploração econômica da região, com ciclos de exploração de recursos como a borracha e a soja. A abertura de estradas como a Transamazônica e a BR-163 facilitou a ocupação desordenada e a grilagem de terras, aumentando os conflitos agrários.

Nesse contexto, o STTR foi fundamental na organização dos agricultores familiares, lutando por direitos à terra, produção e comercialização. O STTR atuou e atua na execução de políticas públicas, como o Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que beneficiaram os pequenos produtores.

O objetivo geral da monografia é analisar a atuação do STTR no contexto da questão agrária e das políticas públicas para a agricultura familiar. Para alcançar o objetivo

geral, tem-se como objetivos específicos: 1) contextualizar a história da questão agrária no Brasil e na região amazônica, bem como sua relação com as políticas públicas; 2) apresentar a atuação e a trajetória do STTR; e, 3) analisar as percepções dos ex e atuais representantes do sindicato acerca das políticas públicas e do desenvolvimento para a agricultura familiar em Santarém/PA.

A pesquisa busca problematizar em torno da seguinte questão: Como o STTR, ao longo de sua história, influenciou e contribuiu para o desenvolvimento da agricultura familiar na região? Esse problema se insere no contexto das lutas por terra, das políticas públicas e dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares diante da modernização do campo e da expansão do agronegócio. Responder a esse questionamento possibilitará avaliar o papel do STTR no fortalecimento da agricultura familiar no município e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local.

A escolha desse tema surgiu da intenção de explorar os aspectos relacionados à agricultura familiar, inicialmente como motivação pessoal da autora, por ser filha de agricultores e por tratar-se de um tema próximo de sua realidade, viável para pesquisa. Além disso, o contato com temas da economia rural apresentados durante a graduação e a atuação como voluntária em projetos de pesquisa que abordam a agricultura como eixo central foram pilares fundamentais para a escolha deste tema, após a percepção da importância dessas experiências.

O tema proposto é relevante pelo fato de o STTR de Santarém, há mais de 50 anos, lutar pelos direitos e pelo fortalecimento dos agricultores familiares, que atuam em um setor econômico crucial para a cidade. Com isso, acredita-se ser importante um estudo das percepções que o STTR detém acerca das políticas públicas e do desenvolvimento da agricultura familiar. Esse estudo servirá como suporte para um diálogo entre as percepções sindicalistas e o que vem ocorrendo em termos de políticas públicas e desenvolvimento desse setor em Santarém.

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho incluem, quanto ao tipo de estudo, uma abordagem bibliográfica e documental, qualitativa e de campo. As fontes de informação consultadas foram livros, textos, periódicos disponíveis na internet, pesquisas e trabalhos acadêmicos. A pesquisa de campo para realizar o estudo de caso, foi escolhida para compreender as percepções dos atores-chave (ex e atuais representantes) do STTR acerca das políticas públicas voltadas para o setor da agricultura familiar.

Esse método foi essencial para a coleta de dados e informações diretas, que auxiliaram no entendimento do tema em estudo. Quanto às técnicas de coleta e análise de

dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, aplicado a oito diretores/representantes do STTR.

A aplicação dos questionários foi realizada entre os meses de agosto a outubro de 2024, conforme quadro abaixo, durante visitas ao sindicato e em encontros previamente agendados com os entrevistados. A pesquisa foi conduzida sem grandes dificuldades, embora tenham sido encontrados desafios para localizar alguns atores, devido à falta de contatos ou à distância. Essa metodologia de pesquisa de campo permitiu coletar, através dos entrevistados informações e dados que contribuíram de forma significativa para compreender as percepções e os desafios enfrentados na trajetória do STTR em sua luta pela promoção e união da agricultura familiar em Santarém.

<b>QUADRO DE ENTREVISTADOS</b>	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>DATA</b>
ENTREVISTADO 1	25 de setembro de 2024
ENTREVISTADO 2	14 de outubro de 2024
ENTREVISTADO 3	21 de outubro de 2024
ENTREVISTADO 4	28 de agosto de 2024
ENTREVISTADO 5	26 de setembro de 2024
ENTREVISTADO 6	06 de setembro de 2024
ENTREVISTADO 7	08 de outubro de 2024
ENTREVISTADO 8	24 de setembro de 2024

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo aborda a história agrária e a modernização da agricultura no Brasil, apresentando momentos importantes para a compreensão do tema em questão. O segundo capítulo trata da contextualização histórica da atuação do STTR no município, trazendo os principais marcos históricos e bandeiras de luta. Por fim, o terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos por meio dos questionários de pesquisa, discutindo as percepções dos atores estratégicos do sindicato sobre políticas públicas e desenvolvimento para a agricultura familiar.

## **1 DA QUESTÃO AGRÁRIA A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA**

A questão agrária, para além da terra, consiste nos aspectos da distribuição desigual e da utilização de terras no território de um país, bem como no trabalho humano empregado nesses espaços, que geram miséria e exclusão da população rural. Para solucionar tais desigualdades, os países têm a opção de realizar políticas estruturais, como a reforma agrária.

Para os autores Linhares e Silva (1999), um ponto de partida fundamental para entender aspectos da questão agrária é a constatação de que a terra, para se constituir como meio de produção de riquezas, necessita do trabalho. Além disso, a estrutura fundiária de um país reflete sua estrutura social. Esses autores pontuam que “se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas” (LINHARES; SILVA, 1999 p. 47).

A questão agrária no Brasil é um tema de ampla discussão política e intelectual, que tem gerado conflitos, avanços e retrocessos no país desde o período colonial, envolvendo um complexo jogo de interesses políticos e dos latifundiários. Para Martins (1999), a questão agrária no Brasil está no centro da constituição do Estado republicano e oligárquico, assim como a questão da escravidão estava enraizada na monarquia durante o Brasil Império. Tanto que o término do sistema escravocrata significou o fim da monarquia.

Conforme apontado por Linhares e Silva (1999), as origens do atraso e da desigualdade no Brasil e na América Latina residem ora na origem colonial e no caráter do colonizador, ora no caráter da própria colonização. Para esses autores, esse atraso é o produto de uma estrutura econômica, social e política determinada historicamente, resumida em latifúndio, conservadorismo social e econômico, caciquismo ou coronelismo.

Mattei (2013 p. 30) considera que “o problema agrário brasileiro é a permanência, através dos séculos, da existência de um grande contingente de pobres vivendo no campo”. Para ele, a questão agrária é vista por duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado, cada uma com sua perspectiva. No entanto, o povo brasileiro recebe apenas a visão da classe dominante.

Marcada pela herança colonial e pelas investidas de ocupação de terra durante o período da ditadura militar, uma das regiões que mais sofreram com a questão agrária e as injustiças do início das reformas agrárias foi a Amazônia. Desapropriação de terras indígenas,

conflitos entre fazendeiros e colonos, movimentos sindicais crescentes e outras situações fizeram da região, em especial o Estado do Pará, palco de conflitos sangrentos pela terra e pela exploração do trabalho. O objetivo deste primeiro capítulo é contextualizar a história da questão agrária no Brasil e na região amazônica, bem como sua relação com as políticas públicas.

### **1.1 A Questão Agrária no Período Colonial 1500 a 1822**

Sabe-se que o território brasileiro era ocupado por populações nativas, com etnias indígenas espalhadas por todo o território antes mesmo da chegada dos portugueses em 1500. No entanto, os colonizadores, ao chegarem ao Brasil, logo buscaram apropriar-se das terras e do trabalho destas populações. Nesse início, o território brasileiro foi utilizado exclusivamente segundo Prado Júnior (2011) como uma colônia destinada a prover gêneros tropicais ou minerais, a exemplo do açúcar e do ouro, para o comércio europeu. Esses gêneros constituíram a base da riqueza e das atividades da colônia.

De acordo com Prado Júnior (2011, p. 119), a colônia utilizou-se das circunstâncias favoráveis do território brasileiro para a grande exploração agrária:

A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terras, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São estes em última análise que vão determinar a estrutura agrária do Brasil-colônia.

Os colonos que chegavam ao Brasil tinham grandes incentivos da Coroa portuguesa. Não eram apenas trabalhadores, mas portugueses de famílias nobres que, por meio da concessão de terras pelo sistema de sesmarias, recebiam propriedades que se estendiam por vastas áreas. Fazia parte dos planos da colônia um regime agrário de grandes propriedades (PRADO JÚNIOR, 2011).

Ignorava-se, no entanto, que o território brasileiro era inteiramente ocupado por populações indígenas, às quais a terra realmente pertencia. Marques e Marques (2015) argumentam que os indígenas não tinham a relação de propriedade privada como nas sociedades de classe, mas sua relação com a terra era muito mais profunda. Para eles, a terra era o “fundamento de sua reprodução individual e do agrupamento do qual faziam parte. Era um bem coletivo, fonte de reprodução da vida” (MARQUES; MARQUES, 2015 p. 9).

A Coroa portuguesa instituiu as sesmarias para reger a utilização da terra nesse período. Para Mattei (2013), há uma controvérsia na literatura sobre a existência de propriedade privada da terra, pois a Lei das Sesmarias de 1375 e suas modificações mantinham o princípio de que o título de sesmarias era um direito de uso, e não de propriedade privada. O controle das terras era originalmente da Coroa, que cobrava tributos pelas concessões ao sesmeiro, que, por sua vez, deveria fazer uso produtivo da terra para pagar a Coroa. Esse era o fundamento básico do sistema que regia a distribuição e a relação com a terra.

Nesse período, a agricultura em pequenas propriedades, no estilo camponês, não era valorizada ou sequer considerada nesse sistema. Conforme apontado por Linhares e Silva (1999), o período de expansão da grande propriedade, ocorrido principalmente entre os anos 1640 e 1680, significou a diminuição dos povos indígenas:

A imensa sucessão de guerras de extermínio e de escravização, travadas do Ceará até o sul da Bahia, rompe com a resistência indígena e permite a conquista do interior, os sertões – processo fundamental para a expansão da economia pastoril no Nordeste. A partir de 1620-1640 a população índia entra em declínio irreversível, produto de uma constante ação de extermínio ao lado de sucessivas epidemias (LINHARES; SILVA, 1999 p. 54)

Como a demanda por mão de obra era crescente no sistema da agricultura colonial, e o escravo indígena no Brasil era mais “escasso” e considerado inadequado para o trabalho, iniciou-se a utilização do escravo africano (PRADO JÚNIOR, 2011). Prado Júnior (2011, p. 122) considera que esses são os “três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo”. Segundo ele, é nesse sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema de riqueza, característica da economia colonial.

Furtado (2005) considera que, no período colonial, o Brasil era tratado como uma grande empresa colonial agrícola europeia, utilizada nesse período para a expansão dos engenhos de açúcar, principalmente no Nordeste brasileiro. Posteriormente, a economia açucareira influenciou a pecuária, onde a economia criatória havia “se transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro” (FURTADO, 2005, p. 65), pois induzia a constante expansão de terras.

Em suma, o período colonial, que compreende os anos de 1500 a 1822, construiu uma estrutura agrária no Brasil baseada na expansão da grande propriedade agrícola por meio da concessão de grandes extensões de terras através do sistema de sesmarias, da extração de riquezas naturais e da exploração do trabalho escravo indígena e africano, à base de violência

e da apropriação dos territórios indígenas para a exploração econômica. Na próxima seção apresentar-se-á a história da questão agrária no período imperial (1822-1889).

## **1.2 A Questão Agrária no Período Imperial 1822 a 1889**

Com a decadência do período colonial, inicia-se o período imperial (1822-1889), marcado pela declaração de independência em 1822. Com o fim do sistema das sesmarias, o Brasil ficou sem uma legislação específica sobre a terra até o ano de 1850. Nesse intervalo, as posses e apropriações arbitrárias tornaram-se comuns. Em 1850, foi formulada a Lei Imperial nº 601, conhecida como Lei de Terras.

Conforme resumido por Podoleski (2009), a lei estabelecia que as terras só poderiam ser adquiridas por meio de compra; definia as terras devolutas como aquelas que não estavam destinadas ao uso público nacional, provincial ou municipal; legitimava terras cultivadas ou com moradia, excluindo aquelas cultivadas por simples roçados, que exigiam comprovação de permanência; reservava parte das terras para a colonização de indígenas, abertura de estradas, fundação de povoações e outros fins considerados necessários; permitia que o governo, às custas do Tesouro Nacional, trouxesse colonos livres para serem empregados em estabelecimentos agrícolas ou no serviço público; e determinava a criação da Repartição de Terras Públicas, responsável pela legalização de terras devolutas.

A partir daí, instituiu-se a propriedade privada da terra, algo que não existia no sistema de sesmarias. A terra deixou de pertencer à Coroa, e, conforme apontado por Mattei (2013), a Lei de Terras recuperou a validade jurídica, ampliando o direito ao título de sesmaria, que passou a ser considerado um título de propriedade privada capitalista. Além disso, essa lei condicionou o acesso à terra apenas àqueles que tinham recursos para comprá-la, mantendo o latifúndio como base da estrutura agrária.

Paralelamente ao sistema jurídico das sesmarias e da Lei de Terras, ocorriam também os apossamentos e as apropriações, realizados tanto por camponeses quanto por médios e grandes proprietários (MATTEI, 2013). A implementação dessa lei gerou conflitos em algumas regiões que mantinham formas tradicionais de ocupação, baseadas no uso comum da terra e que não reconheciam os senhores de terras como proprietários.

Como apontado por Linhares e Silva (1999), amparados pelo Império do Rio de Janeiro, os grandes senhores de terra, que ignoravam as formas tradicionais de ocupação, conseguiram registrar em cartório vastas áreas de terra, valendo-se posteriormente da violência para expulsar camponeses e indígenas. Muitas mudanças ocorreram no mundo e no

Brasil durante esse período, como uma onda de reformas liberais na América Latina e o início de uma crise política e econômica relacionada ao tráfico de escravos da África.

A forma de exploração do trabalho escravo nos setores econômicos passou a ser condenada internacionalmente. Linhares e Silva (1999, p. 64) acrescentam alguns argumentos sobre essas mudanças ocorridas em nível nacional:

No Brasil as grandes mudanças foram operadas em 1850, através de um gabinete conservador que coloca em prática um amplo projeto de modernização econômica do país, inicialmente proposto pelos liberais. Uma medida básica foi a Lei Euzébio de Queiroz que leva ao fim do tráfico transatlântico de negros, cortando o abastecimento de mão-de-obra das grandes plantações de café. Ao mesmo tempo, uma lei de terras impõe, ao menos para as áreas já ocupadas, a compra como única forma de acesso à terra. Desconhecendo as formas tradicionais de posse e uso da terra, as chamadas terras de negros ou terras de índio, aprofundam-se as possibilidades de expropriação das áreas ocupadas pelo campesinato negro, índio ou mestiço, formado ao longo dos séculos de história colonial. Nenhum dispositivo estabelece limites à grande propriedade ou um imposto territorial, da mesma forma que a abolição gradual, que se completará em 1888, não prevê qualquer mecanismo de assentamento ou colonização agrícola para os ex-escravos.

A crise gerada pelo fim do tráfico de escravos da África representou um desafio para as atividades econômicas baseadas na exploração e no mercado de escravos. O preço dos escravos elevou-se rapidamente, dando início a uma nova forma de organização do trabalho, embora sem abandonar a antiga exploração dos menos favorecidos, agora baseada no trabalho “livre”.

O Império, por meio da Lei de Terras, encarregou-se de impedir que os ex-escravos adquirissem terras, pois, ao serem libertos, eles não tinham direito a nada além da própria liberdade, sendo forçados a vender sua mão de obra aos latifundiários. Essa nova forma de organização do trabalho é abordada por Furtado (2005) quando ele discute a economia de subsistência. Como a propriedade da terra estava concentrada, os senhores de terra mantinham sob seu controle roceiros e famílias que trabalhavam na agricultura de subsistência em suas propriedades, podendo usufruir dessa mão de obra sempre que necessário.

A crise do comércio de escravos, que levou à abolição, e a necessidade de trabalhadores para a agricultura eram problemas enfrentados pelo Império quando um novo produto com potencial internacional de geração de riqueza surgia: o café. Para lidar com isso, de acordo com Furtado (2005), a Coroa buscou apoio na oferta interna potencial, na imigração europeia e na transumância amazônica<sup>1</sup>. Isso gerou uma pressão sobre a terra por parte do

---

<sup>1</sup> Deslocamento sazonal de trabalhadores entre atividades extrativistas, como borracha e castanha, para região amazônica.

excedente da população agrícola, inflamando a “intranquilidade social”. Essa pressão sobre a terra afetou o território brasileiro como um todo, permanecendo assim no período seguinte, conforme será abordado na próxima seção.

### **1.3 A Questão Agrária no Período Republicano 1889 a 1964**

O início do período republicano, proclamado em 1889, não trouxe grandes mudanças para a contextualização histórica da questão agrária. O sistema de títulos de posse para acesso à terra foi mantido, assim como a concentração da propriedade privada de terras. Nesse período, a classe dirigente à qual o governo respondia e beneficiava era formada pelos grupos agrícolas-exportadores. No entanto, conforme discorrido por Furtado (2005), novos grupos de pressão passaram a surgir, representados por empresários de outros setores, que conseguiram ascensão devido à descentralização republicana entre o governo federal e os estados. O Brasil estava então sob o comando das oligarquias regionais.

A Constituição Republicana, aprovada em 1891, e o Código Civil de 1917 reforçaram os dispositivos de manutenção da concentração fundiária e da oferta de mão de obra, estabelecidos pela Lei de Terras de 1850 (MEDEIROS, 2003). Durante o final do Império e o início da República, formava-se uma pequena massa de trabalhadores em propriedades de subsistência, alguns dos quais eram responsáveis pelo abastecimento de pequenas vilas e povoamentos.

Nesse período, as terras devolutas passaram para o controle dos estados, que as repassavam a fazendeiros e empresas, aumentando ainda mais a concentração fundiária e intensificando os conflitos entre fazendeiros e camponeses, especialmente no Nordeste. Exemplos marcantes são a Guerra de Canudos, no sertão baiano, e o surgimento do cangaço no Nordeste (MARQUES; MARQUES, 2015).

O Governo Federal considerou necessária a revisão da Lei de Terras de 1850 e, em 1913, promulgou o Decreto nº 10.105, que legitimou outras formas de posse, como a invasão e o apossamento de terras públicas por grandes proprietários. Linhares e Silva (1999, p. 92) resumem esse contexto:

Já no seu artigo 1º, o Regulamento de Terras estabelece – como o faria daí em diante toda a legislação fundiária brasileira – que a única forma de acesso à terra será através da compra, repetindo o que já era realidade desde 1850. Paralelamente, seguindo o uso republicano, consagra a estrutura fundiária existente, reconhecendo todos os títulos anteriores, inclusive as terras não medidas ou demarcadas, bem como as áreas maiores do que constava nos documentos de titulação e mesmo que

“apenas em princípio de exploração” (artigo 3º). Por fim, se legitimava qualquer posse de terra que viesse a ser declarada (artigo 4º), ainda que apenas com vestígios de ocupação transitória (um par de árvores abatidas ou uma picada na floresta). Simultaneamente, dava-se um imenso passo em direção a expansão dos já imensos latifúndios: as terras intocadas, porém declaradas “campos de criar” ou pastos, mesmo sem qualquer vestígio de ocupação, eram legitimadas em posse dos fazendeiros. Também seringais e castanhais, florestas naturais da Amazônia, áreas silvestres de extrativismo das quais dependiam milhares de sertanejos, eram consideradas apropriáveis por declaração em juízo.

Esse regulamento reforçava a grilagem de terras e facilitava a posse de latifundiários, que podiam alegar qualquer forma de uso para se apropriar de grandes áreas. Essas oligarquias, formadas por fazendeiros e grandes proprietários, eram conhecidas na época como "coronelismo" e exerciam amplo poder nos estados e municípios. Os trabalhadores rurais, por sua vez, permaneciam em situação de dependência, conforme analisado por Linhares e Silva (1999), que apontam a Velha República como um período marcado por favores políticos e jogos de poder entre as oligarquias e os latifundiários.

A economia brasileira estava voltada para o exterior, com foco nas exportações, ao mesmo tempo em que se iniciava o processo de industrialização. Os conflitos agrários se intensificaram, e a luta pela reforma agrária começava a ganhar corpo, impulsionada pela pressão dos camponeses, que viviam em condições precárias e eram frequentemente expulsos de suas terras. Paralelamente, surgiam organizações de movimentos sociais e sindicatos urbanos, enquanto os conflitos no campo se agravavam.

Em 1930 havia grandes mudanças em curso que culminaram com ascensão de Getúlio Vargas ao poder a partir de um golpe, ao qual caracteriza seu período no poder com o “populismo” entre Estado e operariado (GREMAUD; SAES; TONEDO JR, 1997). Rompe-se com os setores dominantes de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, conforme apontado por Linhares e Silva (1999 p.103): “criaram-se pela primeira vez, as condições para uma efetiva alteração do ordenamento agrário do país.” O foco deste governo estava na produção fordista, no trabalhador industrial e não era prioridade a situação da terra ou dos trabalhadores do campo.

Com base no texto de D’Araújo (2004), houve intensas mudanças na economia, nos direitos sociais e até mesmo na forma de ocupação do território, o governo incentivava a evasão rural para que os trabalhadores visassem mais o trabalho industrial do que o trabalho no campo:

Em 1930, quando Vargas chegava à presidência da República, havia cerca de 30 milhões de habitantes no Brasil e apenas 25% deles viviam na zona urbana. Em fins do século XX, esse percentual fora invertido: apenas 20 % moravam na zona rural. O fato de o Brasil ter deixado de ser um país agrário-exportador e ter se

transformado em uma das maiores economias industriais do mundo, tem muito a ver com as mudanças concebidas durante esses governos. (D'ARAÚJO, 2004 p. 13-14)

D'Araújo (2004) em seu texto sobre a Era Vargas mostra que Getúlio, para diminuir o risco de mobilização e revolta de trabalhadores criou o Ministério e a Justiça do Trabalho. Passou a reconhecer direitos trabalhistas como aposentadoria, férias, salário mínimo, definição de carga horária e a proibição de trabalho por menores de 14 anos, criou a carteira de trabalho, regulação do trabalho feminino, igualdade salarial. Ocorreu o que foi chamado de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com a criação de diversas leis de proteção ao trabalhador; Havia apenas um sindicato que representava todas as classes de trabalhadores, este sindicato era uma ponte entre o governo e a base, ao qual não dispunham de liberdade e autonomia, funcionavam a base do “peleguismo” como ficou conhecido na época, nas palavras de D'Araújo (2004 p. 97): “ esse modelo de política social criou várias categorias de brasileiros, privilégios e exclusões, deixou intocada a questão da terra e dos direitos rurais”.

No plano de Vargas para a agricultura foi instituído os Institutos de açúcar, do café, do mate entre outros, e a carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, e outras autarquias:

Foram criadas várias autarquias visando ao desenvolvimento agrícola e à colonização do país, a exemplo do banco Nacional de Crédito Cooperativo, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, da Comissão nacional de Política Agrária, do Serviço social rural, embrião tímido de uma assistência ao trabalhador do campo, e da Subcomissão de Jeeps e Tratores, primeira agência a fazer, no Brasil, o planejamento da indústria automobilística, levada a cabo pelo governo JK. (D'ARAÚJO, 2004, p. 70)

Em suma, Vargas governou o país por 15 anos, mantendo seu estilo de política, com uso de autoritarismo, nacionalismo e repressão a movimentos sociais. Segundo observado por Linhares e Silva (1999), o governo de Vargas objetivava promover a colonização e expansão das fronteiras agrícolas, como o decreto de 1932 ainda no começo do governo que na tentativa de integrar o interior do país abria terras públicas do estado do Piauí para o assentamento de trabalhadores como arrendatários, promoveu a instalação de trabalhadores pobres na região da Amazônia onde ocorria em alta a exploração da borracha e em 1933 com o decreto 24.606 extingue o sistema de arrendamento de terras, e outros decretos complementares no anos seguintes, neste período o patrimônio das terras públicas volta para a união, tirando dos estados federados quebrando os poderes das oligarquias locais.

Porém, nem todos os mecanismos criados até aqui foram utilizados e alguns projetos faliram e o lado mais fraco – os trabalhadores – pagaram uma conta muito alta neles. Para estes autores a partir deste momento se constituiu uma questão agrária no Brasil:

Na sua origem com Vargas, a questão agrária constituía-se em torno da ideia de desenvolvimento, que nucleava a busca da autonomia econômica, a produção de divisas, o financiamento da industrialização e a superação de uma condição de atraso – os jecas ou bugres – prevalecente no campo. (LINHARES; SILVA, 1999, p. 138)

Os direitos dos trabalhadores neste período não incluíam os trabalhadores rurais, para buscar melhorias no campo ou o reconhecimento de sua classe os trabalhadores rurais se impuseram como atores políticos, assim surgiram em Pernambuco as Ligas Camponesas que atuavam nacionalmente e levantavam a bandeira da reforma agrária, incentivadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual Marques e Marques (2015, p. 24) relatam um elemento importante para o seu surgimento:

Um elemento importante para entender o surgimento das organizações de trabalhadores rurais no Brasil é a crise da produção de cana de açúcar no Nordeste brasileiro entre os anos de 1930 e 1940. Frente a essa crise, os senhores de engenho e produtores de cana de açúcar passaram a arrendar suas terras a foreiros (camponeses que pagavam aluguel, o foro). Mas a partir da segunda guerra mundial o preço do produto voltou a subir no mercado internacional. Tornava-se mais rentável aos fazendeiros voltar a produzir por si mesmos. Para isso, aumentavam o valor do foro e/ou diretamente expulsavam os camponeses da terra. Aqueles que permaneciam nas fazendas ficavam como moradores de condição, ou seja, lhes era permitido continuar ali morando em troca de trabalhar para o senhor de engenho, e eram ainda mais explorados que antes, sendo obrigados a entregar parte ainda maior do seu tempo e da sua produção.

A partir da criação das Ligas Camponesas eram incentivadas a criação de sindicatos rurais que tinham o apoio do PCB, principal mediador e incentivador da luta pela reforma agrária na época. A crise da economia do café, em 1950, contribuiu com o aumento dos conflitos no campo, fazendas foram fechadas e trabalhadores expulsos, greves ocorreram em fazendas no Sudeste, Sul e Nordeste no início dos anos de 1960, ocupações de terras comandadas pelas Ligas Camponesas e até conflitos armados (MARQUES; MARQUES, 2015).

Com esses conflitos e mudanças no setor agrário brasileiro, os trabalhadores foram-se aproximando das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais. Em 1953, ocorreu a primeira conferência nacional de lavradores e trabalhadores agrícolas realizada em São Paulo, sendo fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), precedente da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), a partir de 1962 no governo de João Goulart (1961-1964) é regulamentado o direito à organização sindical dos

trabalhadores rurais. Em 1963 é aprovado Estatuto do Trabalhador Rural, formulado pela Superintendência de Política Agrária criada em 1962, concedendo a estes direitos que haviam sido declarados na CLT para os trabalhadores industriais (MARQUES; MARQUES, 2015).

Apesar disso, a evasão rural e o número considerável de imigrantes só aumentavam, inflamando a ocupação nas cidades e a concentração fundiária no campo, onde resistiam pequenas propriedades de agricultores. Linhares e Silva (1999, p. 170) fazem uma análise da questão fundiária na década de 1960 e concluem que as “pequenas propriedades concentram o grosso do número de trabalhadores e respondiam pela maior parte da produção, em especial de alimentos, enquanto o latifúndio pouco representava economicamente para o País”.

A partir da nova política agrária, e das mudanças e extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, o governo de João Goulart sofreu uma forte oposição dos senhores de engenhos e de terras. Estas mudanças e a luta pela terra foram um dos motivos que levaram à intervenção militar em 1964 (LINHARES; SILVA, 1999). A seção seguinte abordará como essas mudanças influenciaram a história agrária no período da ditadura militar (1964-1985).

#### **1.4 Contexto da Questão Agrária no Período da Ditadura Militar 1964 a 1985**

Com a instituição do regime autoritário, representado pela ascensão do presidente Marechal Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, em 11 de abril de 1964, iniciaram-se algumas mudanças nas conquistas realizadas até o momento pelos trabalhadores rurais. O interesse do regime militar era adequar o país as mudanças que aconteciam no mundo todo, industrializar, ampliar a segurança nacional através da proteção de fronteiras, e na questão agrária rendiam-se aos interesses da burguesia industrial e dos grandes latifundiários que foram amplamente beneficiados neste período através das políticas agrícolas de modernização.

Com base nos estudos de Gonçalves Neto (1997), o argumento central na questão agrária na época era que a estrutura agrária brasileira centrada no latifúndio, impossibilitava a agricultura de responder a demanda urbano/industrial que estava em constante expansão. Por isso, a agricultura estava se apresentando como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico, não oferecendo produção compatível com a demanda, mantendo formas de produção antigas como meeiros e servis, impossibilitando a modernização da agricultura

através do desenvolvimento de uma indústria voltada para a produção de equipamentos e máquinas agrícolas.

Mas nem todos os pensadores da época concordavam com esta vertente, pois esta era uma análise da esquerda brasileira, a direita, que contava com economistas e estudiosos conservadores defendiam que a agricultura sempre cumpriu seu papel econômico, respondendo a demanda urbano/industrial, sem pressão nos custos (GONÇALVES NETO, 1997).

Segundo Gonçalves Neto (1997), de um lado havia os setores politicamente à esquerda que propunha alterações profundas na estrutura agrária, e no outro os conservadores que propunham a modernização da agricultura e a ampliação do comércio internacional. E como pode-se ver na história, as políticas adotadas para o setor rural durante este período foram de ordem conservadora, sem alteração da estrutura vigente. Em 1964 foi criado o Estatuto da Terra, com a intenção de silenciar os movimentos campestres e os conflitos por terra que estavam crescendo no governo anterior, de João Goulart.

A ideia que sustentava a concepção de reforma agrária enunciada no início da formulação do estatuto é a de reforma fundiária, modificação no regime de posse e uso da terra. Opuseram-se a isso os grandes proprietários de terras, a classe ruralista, usineiros, cafeicultores, elites rurais, e empresários que se sentiram traídos pelo governo Castelo Branco (BRUNO, 1995). Então o governo convocou um Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET), para elaborar a lei do Estatuto da Terra que serviria como principal instrumento de efetivação da reforma agrária (BRUNO, 1995).

A partir de então teve-se a formulação e aprovação da Lei Federal nº 4504, que dispõe sobre o estatuto da terra, estabelecendo diretrizes para reforma agrária e a promoção de políticas agrícolas, além disso estabelece a função social da terra e a todos o direito ao acesso a propriedade da terra (BRASIL, 1964). Conforme estabelecido nesta lei, a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando favorece o bem-estar dos proprietários, dos trabalhadores e de suas famílias, mantém níveis de produtividade, garantindo a conservação dos recursos naturais, e no qual observa as disposições legais das relações de trabalho.

Assegura o direito de posse dos territórios ocupados pelas populações indígenas, e define alguns conceitos como imóvel rural, propriedade familiar, módulo rural, minifúndio, latifúndio, empresa rural e outros conceitos importantes para implementação da lei, assim como o tamanho dos módulos de cada área. Passava a ser permitido desapropriação de terras que não estavam sendo exploradas a fim de fazer reforma agrária por interesse social, e em

contrapartida davam-se títulos públicos (MATTEI, 2013). Em anos de exploração e descriminalização no campo, finalmente o país tinha uma lei de reforma agrária, de muita importância para os movimentos sociais.

Um dos objetivos do governo era tomar posse da discussão da reforma agrária, tirando das mãos dos movimentos sociais a luta pela terra. Apesar da aprovação desta lei, Marques e Marques (2015, p. 31) analisam que “busca-se, antes de tudo, assumir o controle dos conflitos gerados pela expropriação do camponês e pela penetração do capital no campo, processo que resulta em um aumento da concentração fundiária”. Para estes autores, o Estado não se interessava de fato com a distribuição de terras, foi feito apenas a retirada dos camponeses das áreas de maior tensão e colocados em outras regiões como Amazônia e Centro-Oeste, o que não resolvia o problema dos conflitos, na realidade outros surgiam, como por exemplo a guerrilha do Araguaia na fronteira dos Estados do Pará e Tocantins, na região Norte do país (MARQUES; MARQUES, 2015).

Nos escritos de Linhares e Silva (1999, p. 186), “o ponto mais importante das medidas voltadas para a questão agrária foi, do ponto de vista das relações do trabalho, foi o Estatuto da Terra”. Além do mais, era o reconhecimento por parte da ditadura de uma questão agrária no país, através de um longo processo de lutas sociais e políticas. Na tentativa de apaziguar os conflitos agrários, o governo também liberou crédito barato, com mecanismos bancários e financeiros através das políticas agrícolas (LINHARES; SILVA, 1999).

Durante o regime militar foram editados diferentes planos durante as mudanças de governo, alguns com políticas voltadas para a questão agrária, e outros que objetivavam resolver apenas os problemas econômicos. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG de 1964 à 1966), apresentava a agricultura como um setor atrasado, com baixa produtividade, contínuas crises de abastecimento, pressão constante de alta de preços, isso devido aos principais fatores impeditivos da inovação tecnológica nas atividades agrícolas, como a relativa constância dos rendimentos agrícolas, a estagnação da produtividade, dificuldade de comunicação e propagação de procedimentos modernos em razão da dispersão das unidades produtivas, ausência de escolaridade da população rural, e também a profunda disparidade na distribuição de terra.

Apesar do plano reconhecer estes problemas, foram tomadas decisões moderadas de reforma agrária, voltando sua atenção completamente para a redistribuição geográfica das populações rurais, diminuindo a pressão de algumas áreas para espaços “vazios” como o Nordeste, Meio-Norte, Amazônia e Cerrados (GONÇALVES NETO, 1997).

Diante da crise inflacionária, crises de Petróleo, e outros problemas de ordem econômica e política que marcaram o período estudado, é formulado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), na presidência de Emílio Garrastazu Médici, o termo reforma agrária é totalmente extinto do documento. Apesar disso, é lançado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste, e no que se refere às políticas agrícolas, no geral, se fundamentam no sistema de incentivos fiscais e financeiros, e à transformação tecnológica no setor agrícola (GONÇALVES NETO, 1997).

O lema deste governo para questão agrária era “homens sem-terra para terra sem homens”, para justificar a apropriação de terras e imigração em massa para região Amazônica, que até então era tida como espaço vazio (GONÇALVES NETO, 1997). No segundo PND, as políticas se voltaram a fornecer estímulos à agroindústria, com políticas de uso da terra para fins agropecuários, esforço para modernização do setor agropecuário. E a reforma agrária volta para o texto com objetivos para sua execução e programas de redistribuição de terras, com estratégia de ocupação de novas áreas (GONÇALVES NETO, 1997).

Os estudos aprofundados sobre as políticas para agricultura no período da ditadura militar segundo Gonçalves Neto (1997), mostram que havia uma preocupação com o crédito rural, instituído em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Porém com o caráter discriminatório do processo de modernização da agricultura, o crédito ficou concentrado na mão de um número pequeno de agricultores. Gonçalves Neto (1997) afirma que os grandes beneficiários de todo o processo são o sistema bancário comercial, os grandes proprietários de terras, as culturas comerciais, as regiões mais desenvolvidas: Sul e Sudeste, e o setor industrial ligado à produção agrícola.

Em 1970 o governo transformou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desenvolveram-se planos e políticas específicas para o setor, em especial o primeiro cadastro de imóveis rurais, base para qualquer análise da questão agrária no país. Porém, o caráter básico deste cadastro era declaratório, baseado na informação do proprietário, o que facilitava a declaração de um território maior do que era na verdade (LINHARES; SILVA, 1999).

Neste ínterim de modernização da agricultura, estímulo à inovação tecnológica e outras medidas, o Ministério da Agricultura cria em 1972 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). E em 1974 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), as duas com objetivo de estimular a modernização no campo. Porém assim como o crédito rural privilegiou culturas de exportação de grandes produtores, e os pequenos receberam quase ou nenhuma assistência (GONÇALVES NETO, 1997).

Foram criados estímulos públicos, como o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (Funagri), Fundo de estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (Funfertil), o Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (Fundag), o governo também inicia a criação de fertilizantes nacionais, para diminuir a dependência de importação deste produto e baratear os custos com a criação do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), esses incentivos e programas tornaram o Brasil um dos países com maior consumo de agrotóxicos (GONÇALVES NETO, 1997).

E por fim os impostos do setor agropecuário, conforme apontado por Gonçalves Neto (1997), foram criados o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM), Imposto Territorial Rural (ITR) e o Imposto de Renda (IR), este setor teve tratamento privilegiado em relação aos outros setores, principalmente as grandes propriedades que pagavam parcelas ínfimas. A utilização desses programas e pacotes tecnológicos, ficou conhecido como a “Revolução verde”, força motriz da “modernização” da agricultura. Durante este período o Brasil se tornou um dos países importantes na produção de commodities tanto agrícolas como de mineração, produtos primários como a soja e o minério de ferro (MEDEIROS, 2003).

Na presidência do general Figueiredo (1979-1985), foi criado o Grupo de trabalho da Agricultura e Terras (GETAT), que deveria promover a reorganização fundiária numa área específica. Ao mesmo tempo houve a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, reconhecendo claramente que o eixo dos conflitos sociais no país passava pelo campo, mas nada foi solucionado e os conflitos tornaram-se constantes (LINHARES; SILVA, 1999).

O foco dos problemas fundiários passa rapidamente para as grandes mudanças econômicas que ocorreram neste período, a preocupação com a balança de pagamentos era uma constante, ao qual agravou-se ainda mais com as sucessivas crises de petróleo em 1973 e 1979, adicionalmente a pressão em cima da agricultura aumentava com a necessidade de produzir alimentos e o novo desafio era a criação de alternativas energéticas ao petróleo, para isso foi criado em 1979 o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) (GONÇALVES NETO, 1997).

O esforço para modernização da agricultura feito pelos governos militares foi chamado como “modernização conservadora”, a ampliação do crédito rural e iniciativa de pacotes tecnológicos foram idealizados, mas na concretização desses planos acabaram se tornando concentradoras de recursos, excluindo os pequenos e as regiões. O autor Delgado (2003, p. 9) pontua que:

Em certo sentido pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. Estas são regionalmente identificadas com segmentos produtivos organizados a partir de 1930 (era Vargas) nos institutos federais de fomento e defesa setoriais. No período da “modernização conservadora” serão reassimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização.

Enquanto os políticos e economistas estão voltados às questões econômicas e qual a função da agricultura neste período, a questão agrária e a questão da reforma agrária são deixadas de lado, e os conflitos por terra continuam nas regiões, principalmente no Norte e Centro-Oeste. Neste contexto, a Igreja católica, movida pela teoria da libertação, tomava as dores dos oprimidos do campo, com o intuito de interferir e auxiliar na libertação do povo através da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A CPT estava atenta aos problemas agrários e buscava atender não apenas os trabalhadores do campo e posseiros, mas os indígenas, que com a ditadura militar, a perseguição às populações indígenas foi intensificada, confrontos com posseiros, garimpeiros, grandes proprietários e até mesmo as forças repressivas do Estado eram travados, resultando com etnias inteiras sendo dizimadas ou reduzidas a uma pequena população com terras invadidas para cumprir o objetivo estatal de expansão agrícola (MARQUES; MARQUES, 2015).

Nos anos finais deste regime, os problemas só aumentavam, o sindicalismo rural, a Igreja católica e os outros movimentos sociais que surgiam iam a público mostrar uma outra face da “modernização”: condições precárias de vida e trabalho, salários baixos, favelização das periferias próximas a grandes lavouras, e reivindicavam a desapropriação das áreas de terra onde predominavam conflitos (MEDEIROS, 2003).

Nesse mesmo embalo, formavam-se os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos movimentos mais importantes e mobilizadores sobre a questão agrária, e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), foram criadas a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e a Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base (FASE), com o objetivo de auxiliar os movimentos sociais na resolução dos problemas do campo (MEDEIROS, 2003).

E em 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que em seguida criaram um Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (MARQUES; MARQUES, 2015). Assim como havia estas organizações, em defesa dos trabalhadores rurais, extrativistas e urbanos, os grandes proprietários se organizaram com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), fazendo forte repressão a estes movimentos e se organizando politicamente para fazer pressão no Governo Federal (MARQUES; MARQUES, 2015).

Ainda nos anos finais do regime, o governo federal tenta tomar controle de algumas regiões de conflito, como por exemplo na região norte com a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), e a criação do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEDEIROS, 2003). Este período de intensa repressão dos direitos sociais, e grandes mudanças de ordem econômica resultaram no seu fim com a intensificação de conflitos sociais, ampliação das desigualdades e permanência da concentração fundiária, como apontado por Linhares e Silva (1999 p.193): “nos últimos dias da Ditadura Militar, a questão agrária avolumava-se como um dos mais complexos problemas nacionais. A oferta de alimentos continuava baixa e, pior, descobria-se que cerca de trinta milhões de brasileiros viviam no limiar da fome”, e é com essa realidade rural que o sol da democracia volta a brilhar no território nacional, com o fim da ditadura militar em 1985, tema da próxima seção.

### **1.5 Questão Agrária Brasileira e a Redemocratização.**

Durante a década de 1970 no regime militar, o País passou por um longo período de êxito econômico, vivenciou o milagre econômico, expansão da produção agrícola e implementação de novas tecnologias no campo. Apesar de não mexer na concentração de terra e nas formas de trabalho. Porém ao entrar na década de 1980, o governo se deparara com a recessão econômica.

Então a economia brasileira enfrenta um longo período de estagnação econômica interna, consequência da crise do endividamento externo, ao qual o Brasil precisou fazer diversos ajustes, na tentativa de amenizar os efeitos desta recessão. Buscou na expansão das exportações de produtos básicos e agroprocessados uma estratégia para gerar saldos comerciais expressivos, por meio de fomento a esses setores produtivos, e como consequência gerou um impacto na renda territorial e os preços das propriedades rurais (DELGADO, 2005).

No que se refere à reforma agrária, esta volta às preocupações políticas, fazendo parte do pacto formal que levou o Presidente Tancredo Neves, a começar a nova república com a formulação do I Plano Nacional da Reforma Agrária em 1985 (DELGADO, 2005). A meta primordial deste plano era assentar em até 15 anos, 7 milhões de trabalhadores rurais sem-terra, os restantes seriam empregados assalariados no setor empresarial da agricultura, promovendo o enxugamento do mercado de trabalho e uma elevação dos salários, no entanto a meta não foi conquistada, o número de assentados ficou muito abaixo do esperado, e para os que foram assentados foi criada uma linha de crédito especial para reforma agrária, o PROCERA, garantindo aos novos agricultores condições para investir em recursos produtivos na terra (MEDEIROS, 2003).

Neste período de Redemocratização é iniciado as discussões para a nova constituinte que acaba sendo assinada em 1988. A determinação da função social da terra, formulado em 1964 é mantida na constituição, sendo complementada com os critérios de aproveitamento racional e adequado, preservação ambiental, e bem-estar nas relações de trabalho; mantém-se o INCRA como órgão responsável por aplicar este princípio, o imposto territorial rural, e o caráter autodeclaratório das propriedades (DELGADO, 2005).

Segundo Medeiros (2003), a nova constituição tornou insuscetível a desapropriação para fins de reforma agrária as pequenas e médias propriedades, e apesar de ser a primeira constituição a tratar da reforma agrária ela estava cheia de contradições, por conta disso e da pressão de movimentos sociais, cinco anos depois foi criada a lei federal de nº 8.629 de 1993, conhecida como a lei agrária, que traz a definição sobre a propriedade que não cumprisse sua função social seria passível de desapropriação.

Nesta época, a aba dos conflitos, enquanto aflora a discussão sobre a reforma agrária, Linhares e Silva (1999) demonstraram que por todo país, jagunços assassinavam líderes sindicais, advogados e padres que defendiam os sem-terra, entre os mais conhecidos está o assassinato em 1988 do líder sindical de seringueiros Chico Mendes em Xapuri no Acre. Por conta destes conflitos sangrentos e uma maior organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, o governo brasileiro passou a criar as reservas agroextrativistas e os projetos de assentamentos agroextrativista (MARQUES; MARQUES, 2015).

A partir de 1994 iniciam-se mudanças neoliberais para conter a constante alta da inflação e outros problemas de ordem econômica, o mais conhecido e efetivo deles foi o Plano de Estabilização Monetária conhecido como Plano Real, um dos objetivos era a atração de capital externo por intermédio da abertura comercial ao exterior, que acabou tendo como consequência a desvalorização da renda fundiária e a queda generalizada na renda agrícola,

levando principalmente os agricultores familiares ao abandono de atividades e a desmobilização de estabelecimentos, ou a conversão a atividades de subsistência (DELGADO, 2005).

Esta abertura a investimento internacional, consagrou a entrada de empresas multinacionais como Cargill e Monsanto, e multinacionais de origem brasileira como a Sadia e JBS, que passaram a controlar uma boa parte da produção e comercialização de *commodities* agropecuárias (MARQUES; MARQUES, 2015).

Próximo da virada do século XX, os países estavam passando por uma crise de liquidez, o que provocou a fuga de capital e forçou a mudança no regime cambial, o Brasil precisou recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), e para qualquer custo saldar as dívidas e os déficits de conta corrente o governo brasileiro buscou novamente a estratégia de fomentar os setores primário-exportadores para gerar saldo comercial, a partir daí a agricultura capitalista, agora com a nomenclatura de “agronegócio”, torna-se prioridade nas agendas políticas e econômicas (DELGADO, 2005).

O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio com algumas iniciativas pertinentes ao setor como: investimento em infraestrutura territorial, visando a criação de economias externas que incorporam novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais do agronegócio; direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária por meio da EMBRAPA; e afrouxamento da regulação do mercado de terras; mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio competitivo junto ao comércio internacional, o produto agrícola cresceu demasiadamente neste período, em destaque os produtos para exportação como grãos forrageiros, a exemplo da soja e do milho (DELGADO, 2005).

A redemocratização possibilitou uma maior organização dos movimentos sociais, que começaram a ocupar terras improdutivas em algumas regiões, gerando reação negativa nos proprietários de terra e nos governos locais que utilizavam de repressão e força para inibir as ações dos sem-terra, como por exemplo ocorreu em 1995 o massacre de camponeses em um acampamento no município de Corumbiara em Rondônia, e em 1996 em Eldorado dos Carajás no Pará, onde neste último policiais assassinaram camponeses que marchavam a capital Belém para reivindicar a desapropriação de terras improdutivas na região, após a explosão desses casos o governo de Cardoso aumentou a desapropriação de terras para a Reforma Agrária, de 2% para mais de 4% do território nacional (DELGADO, 2005).

Além disso, criou o Ministro Extraordinário de Desenvolvimento Agrário de Política Fundiária (MEPF), que logo depois foi transformado em Ministério de

Desenvolvimento Agrário, paralelamente o MST intensificou as mobilizações, o ponto alto foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça que partiu de várias regiões do país em direção a Brasília (MEDEIROS, 2003). Neste mesmo período o programa PROCERA foi extinto, e os assentados da reforma agrária passaram a ser atendidos por uma linha especial de crédito no PRONAF, criado em 1995, na tentativa do governo de encaixar a reforma agrária na lógica de mercado (MEDEIROS, 2003).

Estas medidas tomadas no governo de Fernando Henrique estavam dentro do programa conhecido como “Novo Mundo Rural”, que segundo Medeiros e Leite (1994) sua meta era lançar os assentados como agricultores familiares, que também seriam empreendedores e deveriam se “ajustar ao mundo dos negócios competitivos”. São criados mecanismos de mercado para obtenção de terras para realizar os assentamentos e apaziguar os conflitos emergentes, por exemplo o programa Cédula da Terra em 1997 e em seguida em 1998 é criado o Banco da Terra e programas de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza (CFCP), no qual os agricultores organizados coletivamente receberam financiamento para compra de terras, programas que tiveram forte oposição dos movimentos sociais, considerado como a tentativa de privatização da questão agrária (MEDEIROS; LEITE, 1994).

No início do século XXI, o Brasil passa a ser governado por um ex-sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, que contou com o apoio amplo dos movimentos sociais agrários, e cumpriu dois mandatos de 2003 a 2010. Em seu primeiro mandato a ação prioritária era o combate à fome, com a estratégia de adotar programas de subvenção alimentar e estruturação de um sistema nacional de segurança alimentar, através da garantia de condições extra mercado para a expansão da demanda interna de alimentos, nascia aí o programa Fome Zero, com política de compra diretas de produtos da agricultura familiar e assentamentos da Reforma Agrária (DELGADO, 2005).

Nesse ínterim, no primeiro mandato do governo Lula foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e em 2009 ampliou para 30% às compras que deveriam vir da agricultura familiar, a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (CAMPOS, 2023). Segundo Mattei (2013), no que se refere à área agrária, neste primeiro momento, as ações do governo concentraram-se em “qualificar” os assentamentos rurais existentes, recuperando-os, pois, estavam em condições precárias, e poucos investimentos foram destinados à desapropriação de novas áreas.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária, conforme discutido por Mattei (2013) o qual pouco foi implementado ao longo dos dois mandatos de Lula, sendo realizada apenas criação tradicional de assentamentos rurais principalmente nas áreas de conflito intenso. A

discussão levantada por por Mattei (2013), mostra que o governo Lula, foi um dos que mais utilizou o mecanismo de compra e venda de terras, levando a reforma agrária para áreas que não eram de interesse do agronegócio, não implementando ações que pudessem prejudicar este setor.

De acordo com Marques e Marques (2015), quase 125 mil famílias engrossaram os acampamentos no primeiro ano de governo na esperança da reforma agrária, ademais, nos anos seguintes ele editou medidas que facilitavam a grilagem e a comercialização de terras, aprovou a lei dos transgênicos e a lei de concessão de florestas públicas, verificou-se que no governo de Lula menos famílias foram assentadas, assim como um número menor de homologações de terras indígenas foram realizadas em comparação ao governo de Fernando Henrique.

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) observou-se apenas uma continuidade nas políticas e prioridades em curso nos governos anteriores. A reforma agrária andou a tropeços e passos lentos, assim também como não houve grandes mudanças ou interesse na demarcação de terras indígenas e quilombolas. Os períodos do Governo de Rousseff marcaram os piores resultados em relação à reforma agrária, na análise de Silva (2017) considerando o conjunto de programas desenvolvidos pelo MDA, nota-se a diminuição do número de programas específicos ao meio rural, assim como a incorporação de programas antigos, sem muitas diferenças a gestão anterior, pode-se citar o programa de Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Segundo Campos (2023) assim como nos governos de Lula, a agenda para a agricultura de base familiar se tornou o centro das políticas agrárias, principalmente no que se referia a crédito rural que em 2014, para este setor extrapolava os R\$ 24 milhões. As pressões durante os governos petistas eram de grandes investimentos em áreas de maior retorno que influenciaram no crescimento econômico, como Marques e Marques (2015) observam que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) previa inúmeras obras de construção de rodovias, hidrovias, hidrelétricas, portos dentre outras, a quais exercem pressão ambiental e pressão sobre o território das comunidades tradicionais.

Assim que assumiu o seu lugar após o Impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer extinguiu o MDA passando suas atribuições ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Além disso cancelou processos de desapropriações e demarcações de terras indígenas e quilombolas, nomeou como Ministro do MAPA, Blairo Maggi conhecido no Brasil como “Rei da soja”, por ser um dos maiores produtores rurais do país (ALENTEJANO, 2018).

Além do MDA, Temer extinguiu mais oito ministérios, e passou as questões de reordenamento fundiário e da agricultura familiar para uma secretaria especial interna à casa civil (CAMPOS, 2023). Tratou de editar uma nova legislação sobre a regularização fundiária, titulação de assentamento rurais e a seleção de beneficiários da reforma agrária, afrouxando as leis facilitando a grilagem de terras e a realocação das terras de assentamento no mercado (ALENTEJANO, 2018). Segundo Alentejano (2018), não houve nenhuma terra desapropriada em 2015, e no ano seguinte apenas 21, a qual a soma total era de apenas 35.089 hectares, o governo reduziu o orçamento das políticas públicas voltadas aos assentamentos, pois não era alvo das suas preocupações.

Os problemas agrários se intensificaram ainda mais com a eleição em 2018, com a entrada no poder de mais um presidente com posições contrárias a redistribuição de terras e melhorias no campo de forma igualitária, ávido defensor do agronegócio e de grandes empresários. O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) se caracterizou como um governo de ultradireita, ao qual lidava com os movimentos sociais relacionados à terra como criminosos defendendo o uso de armamento contra os camponeses, indígenas e quilombolas (FERNANDES et al, 2020).

Este governo se encarregou de diminuir políticas públicas relacionadas à educação, pesquisa e saúde e extinguir e reduzir programas de governos anteriores como o Programa de Educação na Reforma agrária (PRONERA), PAA e o PNAE, assim como extinguiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar, e enfraqueceu o INCRA passou a tratar apenas da titulação dos assentamentos de reforma agrária, paralisando totalmente as desapropriações, e criou a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, nomeando como secretário o ex-presidente da UDR, Antônio Nabhan Garcia (FERNANDES et al 2020).

Em 2019 não foram criados assentamentos e desapropriações para reforma agrária, dois territórios quilombolas foram reconhecidos, um no estado de Sergipe e outro no Paraná. Foram iniciadas ações de despejos com uso de força policial por meio de ações de reintegração de posse em acampamentos novos e nos que estavam ocupados há décadas em diversos estados; neste mesmo ano foram liberados 502 agrotóxicos para comercialização (FERNANDES et al, 2020).

Ademais, as pautas indígenas foram tomadas por políticos evangélicos, com a incorporação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) ao Ministério Mulher, Família e Direitos Humanos, e a demarcação de terras indígenas ficaram de competência do MAPA (CAMPOS, 2023). Este período foi marcado pelo descompromisso do governo com questões ambientais, com poucas iniciativas frente ao aumento de queimadas e desmatamento

na Amazônia e no cerrado, afrouxamento e flexibilização nas políticas ambientais que favoreciam garimpeiros ilegais e fazendeiros em ações que promovem o desmatamento, o que gerou reações internacionais e aumento de manifestações contra o governo.

Devido ao descaso do governo Bolsonaro, quanto a isso, em resposta fundos de financiamento e contribuições internacionais para a Amazônia foram suspensos, como o Fundo Amazônia e contribuições dos países Noruega e Alemanha (FERNANDES et al, 2020). Em suma, o governo Bolsonaro adotou políticas e estratégias de não reforma agrária, defesa da propriedade privada e incentivos fiscais e financiamento ao agronegócio, e a partir do segundo ano do governo as pressões passaram para resolução de problemas na área da Saúde com a explosão de casos da pandemia de COVID 19, e em consequência teve-se uma crescente inflação de alimentos, aumento do desemprego e da pobreza em todo o País.

Herdando problemas econômicos e crises políticas internacionais do governo anterior, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em 2022 pela terceira vez presidente do Brasil para o quadriênio 2023-2026, o que reacendeu por um lado a esperança dos movimentos sociais, lideranças sindicais e indígenas sobre mudanças na concentração fundiária, nos problemas das populações tradicionais, e por outro levantou a desconfiança e receio dos empresários e os grandes produtores de *commodities*.

Este governo reconstruiu os Ministérios de Desenvolvimento Agrário e agricultura familiar (MDA), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MAMC), e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome (FERRAZ, 2023), e criou como forma de romper com o abandono das causas indígenas em 2023 o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), com o objetivo de atuar na implementação de políticas e na garantia dos direitos dos povos indígenas, inclusive no que tange a demarcação de terras ficando em sua incumbência a FUNAI (BRASIL, 2023a).

A companhia Nacional de Abastecimento (Conab), passa a ter sua gestão compartilhada entre o MDA e o Ministério da Agricultura e Pecuária (FERRAZ, 2023), a Conab é a entidade responsável por políticas essenciais para o setor dos agricultores familiares, incluindo a garantia da política de preços mínimos, programas de abastecimento social, compras institucionais e formação de estoque (JORGE; COSTA; BORGES, 2023). Uma das características do retorno de Lula à presidência é a inclusão de movimentos sociais em planejamentos, como na retomada do MDA que contou com representantes do MST, dos Pequenos Agricultores (MPA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) entre outros (JORGE; COSTA; BORGES, 2023).

O PAC famoso nos governos petistas desde seu primeiro lançamento em 2007, é relançado em 2023 como protagonista da agenda econômica e política do Lula III. Porém os autores Pereira e Oliveira (2024) analisam que neste PAC é feita a manutenção do compromisso com o agronegócio em detrimento de uma política de incentivo ao pequeno agricultor, avigorando a produção de *commodities* exportáveis e exploração de recursos naturais principalmente petróleo e minerais.

Com a reconstrução do MDA, também foi retomado o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e desde o início do governo Lula mais de 50 mil famílias ingressaram no programa, 12 mil foram selecionadas e 39 mil foram contempladas com regularizações e reconhecimento de beneficiários segundo dados do próprio MDA (BRASIL, 2024b). Além disso em abril de 2023 lançou o Programa “Terra da Gente” como nova estratégia para ampliar e agilizar à reforma agrária, através do mapeamento detalhado de tamanho, localização e alternativas de obtenção de novas áreas, prometendo ajudar na resolução de conflitos agrários e contribuir para o aumento da produção de alimentos (BRASIL, 2024a).

Além dos números de novos assentamentos, houve a retomada de demarcação de terras indígenas (TI) após 6 anos paralisadas, de acordo com o Ministério dos Povos indígenas (BRASIL, 2023c), o governo homologou 8 TIs em 2023, e a FUNAI destinou mais de R\$ 200 milhões para ações de demarcação e proteção territorial, e no ano de 2024 homologou 5 TIs (BRASIL, 2024d).

Além da retomada do PNRA, Lula III iniciou o lançamento de diversos programas de incentivo a agricultura familiar, como o programa de pesquisa e inovação para agricultura familiar e agroecologia por meio do Decreto nº 12.287 com o objetivo de promover pesquisa e inovação com ênfase em transição agroecológica dos sistemas agroalimentares, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com objetivo de articular políticas públicas de promoção de desenvolvimento sustentável no campo, diminuindo o êxodo rural dos jovens (BRASIL, 2024c).

E mais recentemente começou a circular na Câmara dos Deputados um projeto de lei de nº 4357/2023 que propõe a alteração da lei agrária, nº 8629/1993, que aborda o conceito de função social da terra, e regulamenta a reforma agrária. O Projeto de Lei 4357/2023 foi criado pelo Deputado Rodolfo Nogueira do Partido Liberal (PL) em 2023, e propõe a proibição de desapropriação de terras por interesse social para fins de reforma agrária a propriedade produtiva que não estiver cumprindo sua função social, com a justificativa de que a desapropriação de terras produtivas pode ser negativa para economia de forma que

diminuirá a produção agrícola (BRASIL, 2023b), o Projeto de Lei ainda não foi votado em plenário.

O projeto citado logo teve reação dos movimentos sociais, a exemplo a CPT juntamente com Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais (ONG's) lançaram uma nota pública em repúdio a Projeto de Lei 4357, e declararam que:

O PL 4.357/2023, ao impor esse retrocesso, tem o propósito claro de desqualificar a política de reforma agrária, protegendo indevidamente a média e a grande propriedade que não cumpram com sua função social. Além disso, ao beneficiar propriedades que fazem mau uso da terra, o PL prejudica o trabalhador sem-terra acampado, que reivindica e aguarda o acesso à terra que a Constituição lhe garante por meio da desapropriação das terras que não cumprem com a sua função social. (CPT, 2024, p. 01)

Ademais, a CPT afirma que alteração da lei ofende a constituição que exige o cumprimento da função social por meio dos seus critérios de uso adequado e racional, preservação ambiental, promoção do bem-estar e respeito ao direito dos trabalhadores que servem como mensuração da produtividade na atual conjuntura da lei.

Em suma a estrutura agrária do Brasil permanece concentrada, as PPs iniciadas representam um avanço na inclusão de pequenos agricultores, sem terras e demais minorias, no entanto há desafios a serem enfrentados. Na próxima sessão será abordado sobre a história questão agrária na Amazônia.

## **1.6 Amazônia e a Questão Agrária**

A região Amazônica, é palco da maioria dos conflitos agrários que acontecem no Brasil. Logo em 1500 quando Vicente Pizón, o primeiro europeu a chegar na Região, iniciaram-se as explorações do trabalho da população indígena, e exploração dos recursos naturais presentes no Bioma Amazônico. Pizón foi bem acolhido pelos indígenas da região, mas esse primeiro contato é marcado com choque cultural e o primeiro ato de violência contra os povos da Amazônia, foi o início da exploração do trabalho na região, os indígenas eram obrigados a construir engenhos, Igrejas, estradas que serviriam para a expansão territorial e mais exploração das terras pertencentes aos povos indígenas, que inicialmente serviam para extração das “drogas do sertão”, processo que mais tarde assumiria variadas formas (LOUREIRO, 2009).

A história da questão agrária na Amazônia está diretamente ligada às formas de exploração econômica da região, após o período colonial em que o foco na Amazônia era a exploração do pau-brasil e drogas do sertão. No período Imperial inicia-se o ciclo da

exploração da borracha, ou fase gomífera, em que teve imigrações em massa como promessa de trabalho e mudança de vida na região que provinha do trabalho como soldado da borracha, essa exploração durou até o período varguista como citado nas seções anteriores.

Segundo Rocha e Leão (2007), até meados da década de 1960 não haviam ações de planejamento sobre o espaço amazônico, o que se via eram experiências descontínuas e fracassadas de incorporação econômica da região. A partir de 1960, começaram a se configurar a partir do regime autoritário, uma parceria público-privada para consolidar sistemas de colonização, acabando por gerar políticas fundiárias concentradoras, com privilégios às empresas capitalistas (ROCHA; LEÃO, 2007).

No escopo das novas técnicas de planejamento, os governos dos militares criaram em 1966 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e em seguida, na década de 1970 o primeiro Programa de Integração Nacional (PIN), que no ano seguinte passou a integrar o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (ROCHA; LEÃO, 2007). O PIN, foi uma tentativa de intensificar o processo de ocupação da Amazônia com ênfase na abertura de duas rodovias, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, possibilitando o aumento de migrações para a região e implantação de um programa de colonização ao longo da Transamazônica atendendo ao contingente populacional nordestino com aproveitamento de sua força de trabalho na construção das rodovias (ROCHA; LEÃO, 2007).

Dentro do escopo do I PND foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) em 1971, prometendo facilitar o acesso à terra e criar melhores condições de emprego e renda na região de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (BRASIL, 1971). No entanto percebeu-se que o PROTERRA não representou uma distribuição de terras justa, muito menos foi a favor do pequeno proprietário (ROCHA; LEÃO, 2007). O que se verificou na época foi a explosão de casos de conflitos pela terra na Amazônia, alguns foram citados anteriormente neste texto.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), passa a tratar do reforço da ideia de incorporação e expansão da fronteira econômica, com a estratégia de ocupação produtiva da Amazônia, expandindo a infraestrutura e a execução de projetos setoriais (ROCHA; LEÃO, 2007). A Partir deste plano foi criado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), distribuídos em 15 polos, sendo 10 sob a jurisdição da SUDAM. Entre os polos tinha-se o polo Altamira, Marajó e Tapajós, o programa foi instituído em vista da grande preocupação de se fazer uma ocupação da Região de forma ordenada e seletiva (SUDAM, 2023).

Ainda segundo Rocha e Leão (2007), a ocupação da Amazônia além de uma estratégia geopolítica do governo militar para promover o desenvolvimento e a segurança nacional, foi parte importante do processo de abertura de fronteira e modernização da agricultura através da inserção de aparatos tecnológicos, da aliança entre o capital e o latifúndio foi possível pôr em prática os projetos de industrialização da produção agrícola e a ocupação dos espaços tidos como vazios da Amazônia.

No Pará o projeto de pecuarização foi valorizado com incentivos viabilizados pela SUDAM, que financiou o acesso à terra por grandes grupos econômicos do País, e no Mato Grosso ocorreu uma estratégia atrelada às necessidades do mercado externo viabilizando o acesso a extensões de terras pelo Programa de Lavouras Seleccionadas, principalmente para o plantio de monocultura de soja (ROCHA; LEÃO, 2007). Dessa forma, as centenas de projetos agropecuários instalados, refletiram na estrutura fundiária e conseqüentemente fizeram pressão sobre o valor das terras (ROCHA; LEÃO, 2007).

Apesar desses inúmeros projetos de desenvolvimento para a Amazônia, foi possível verificar que semelhante aos tópicos anteriores, os padrões de modernização técnica da agricultura, e incentivos do Estado como o crédito rural ficaram concentrados na região sul e sudeste. Nesse período, o que ficou marcado foi a criação de enormes latifúndios na região amazônica, em detrimento dos trabalhadores rurais, inflamando a luta pela terra e o conseqüente aumento do desmatamento.

Na redemocratização, a partir de 1990, observamos o surgimento de um novo ciclo econômico no Brasil que reflete no uso da terra na Amazônia até os dias atuais, o ciclo do agronegócio. Nos anos 2000 para dar continuidade ao processo de acumulação de capital foram surgindo novas possibilidades logísticas de escoamento da produção em direção ao norte do País, com novos eixos dinâmicos que ampliaram os corredores de exportação (BERNARDES, 2022). Processo que tornou a região mais visado para a expansão do agronegócio.

Em síntese, conforme observado no debate deste capítulo, percebe-se que a estrutura agrária do Brasil, baseada na concentração latifundiária, exploração da terra e da mão de obra dos setores menos favorecidos foi determinada desde o período colonial, sendo continuada nos outros períodos da história. Os setores da sociedade privilegiados foram os detentores de capital, em muitos momentos aliados aos governos que também se beneficiavam dessa estrutura.

A concentração de terras aprofunda as desigualdades sociais existentes no campo, mantendo agricultores em péssimas condições de trabalho, sem acesso a direitos básicos de

qualidade para servir como mão de obra excedente. As políticas implementadas para o campo na sua maior parte deixaram de lado o desenvolvimento dos agricultores de base familiar, para beneficiar os grandes produtores e financiar a produção de monoculturas.

No Brasil surgiram diversos movimentos sociais para resistir a desigualdade gerada pela concentração de terras e exploração do trabalho. A exemplo disso tem-se o STTR em Santarém que se constitui como um símbolo de luta, representando os agricultores frente aos desafios da questão agrária na região. Nasceu durante o período militar, resistiu as disputas de uso da terra por governos e empresas, exploração do trabalho dos agricultores. Atualmente resiste a expansão de monoculturas e luta pela preservação ambiental e posse das terras para os agricultores. Essa história será contada no próximo capítulo.

## **2 SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS EM SANTARÉM (STTR): CONTEXTO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO E LUTAS**

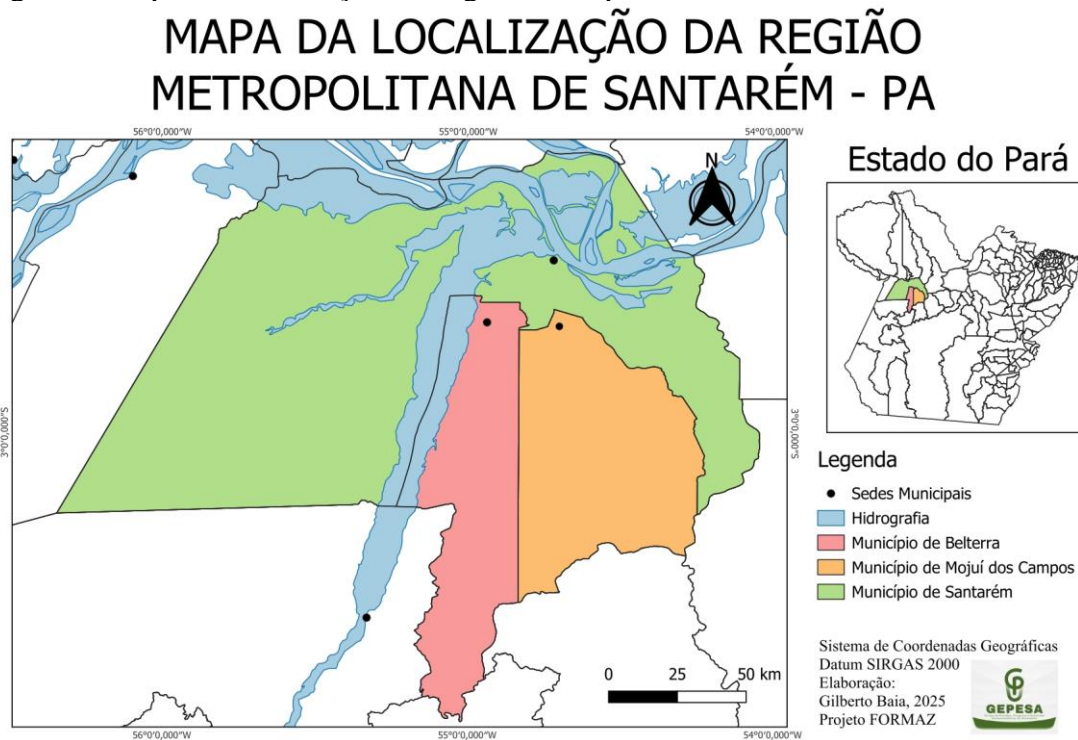
O STTR de Santarém a 50 anos tem a tarefa de organizar e buscar melhorias para a classe dos Agricultores Familiares, além disso historicamente foi um dos sindicatos mais bem organizados e combativos da região, considerados como um dos maiores da América Latina. Buscou avanços e melhorias para a produção e comercialização dos produtores santarenos. E é essa história que será contada no presente capítulo. Devido a poucos conteúdos na literatura sobre a atuação do Sindicato em Santarém, foi utilizado como base a obra “Uma Chama na Amazônia” de Jean Pierre Leroy (1991), importantíssima para compreensão desta primeira etapa. E para enriquecer o conteúdo foram utilizadas informações coletadas em entrevistas com os ex e atuais representantes do STTR.

Na primeira década (1970) de atuação como sindicato subordinado aos governos, era apenas “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR)”, fazendo referência ao gênero masculino, onde os dirigentes e sócios eram apenas homens, no entanto através de lutas e início da participação feminina no sindicato ele passou a se chamar Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), e assim será utilizado neste trabalho.

### **2.1 Antecedentes: Formação do Campesinato Santareno**

A cidade de Santarém está localizada no Estado do Pará, na Amazônia Brasileira, às margens do Rio Tapajós. Integra à mesorregião do Baixo Amazonas, sendo a sede da região metropolitana de Santarém. Na década de 1970 a divisão territorial da cidade era constituída de 7 distritos: Santarém, Alter do Chão, Arapixuna, Belterra, Boim, Curuai e Mojuí dos Campos (IBGE, s.d). Atualmente após a divisão territorial de 2013, conta com apenas o distrito de Santarém, Alter do Chão, Boim e Curuai. Na figura 1, o mapa mostra a localização geográfica da região Metropolitana de Santarém atual:

Figura 1: Mapa de Localização da Região Metropolitana de Santarém



Fonte: Elaborado por Gilberto Baia, acervo GEPESA, 2025.

Segundo o último Censo de 2022, a população santarena é de 331.942 mil habitantes, sendo uma das 5 cidades mais populosas do estado (IBGE, 2022), é o principal polo econômico do oeste do estado. Apesar do território da cidade ter vestígios de ocupação pré-cabralinas, a história passou a ser contada a partir da incorporação e ocupação pelos portugueses com implantação de vilas e missões religiosas.

Em meados do século XX o auge da produção econômica na cidade era a produção de juta nas várzeas, e depois a exploração do ouro em garimpos que se estenderam até a cidade de Itaituba, no entanto, no interior da cidade de forma menos perceptível havia a ação de pequenos agricultores, que para Gomes et al. (2017, p. 892) essa ação do “caboclo extrativista, camponês convertido ao extrativismo, dos índios urbanos e quilombolas foi subjacente à identidade cultural da região, baseada no manejo bem-sucedido dos recursos naturais para o sustento da família, e não para acumulação”. E a partir de 1960 houve grandes transformações na cidade devido as obras de infraestrutura que serão citados no decorrer do capítulo, o que gerou conflitos entre a tentativa modernizadora do estado, os atores sociais presentes e os novos.

O STTR foi criado por agricultores do planalto em 1972, sua primeira sede foi no distrito de Mojuí dos Campos, quando ainda fazia parte de Santarém, assim como os outros

sindicatos de trabalhadores do Pará e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAP) teve a criação incentivada por políticos ligados a ditadura militar, desejosos de que se estivessem sendo controlados por homens de confiança de regime seriam instrumentos de controle do agricultores (LEROY, 1991). Em 1971 cria-se o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), e o STTR passa a ser um intermediário entre o órgão e os agricultores, tratando apenas dessa assistência (LEROY, 1991).

Enquanto era promulgada as leis trabalhistas para os trabalhadores urbanos no Brasil, de forma paternalista na Era Vargas, como visto anteriormente, a fim de evitar que o movimento do proletariado ganhe força através de reivindicações trabalhistas e tomada de consciência de seus direitos, o trabalhador rural não era inserido nesses termos, a ele apenas foram levadas algumas medidas de proteção social, como as criadas em 1971: o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL) e como seu órgão gestor o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que previa aposentadoria por velhice e invalidez, pensão e auxílios, assim como serviços de saúde e serviço social, que incluía os empregados no campo de forma subordinada a fazendeiros ou outros, e os engajados em atividade de subsistência desde que tivessem identificação nos sindicatos, a intenção não era o cumprimento das obrigações trabalhistas no campo, apesar de se mostrar como tal, mas sim unicamente aplicar medidas de previdência social ao trabalhador rural (FERRANTE, 1976).

Nos anos de criação do STTR, segundo informações coletadas em entrevista, a “sede era lugar de proprietário de terras apanhar encaminhamento para ir ao banco pagar Imposto Territorial Rural (ITR) para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e apanhar guia de encaminhamento médico” (ENTREVISTADO 1, 2024). Nessa primeira década de criação do STTR, desenvolve-se no interior de Santarém uma consciência de luta e organização dos agricultores. A formação do campesinato santareno que mais a frente seriam os primeiros líderes do sindicato de trabalhadores rurais de Santarém, se deu a partir dos desdobramentos dos ciclos de ocupação e migração do município.

Segundo Leroy (1991), com a abertura das estradas previstas nos planos de Desenvolvimento para a Amazônia: a Transamazônica (BR-230), e a Cuiabá-Santarém (BR-163), tais estradas ligam o município aos centros econômicos do Sul e Sudeste do país, formando um campesinato diferenciado do caboclo do planalto e dos rios, e do campesinato formado anteriormente pela imigração nordestina. Os projetos de desenvolvimento para a Amazônia foram responsáveis pela entrada maciça de capital na região, e o incentivo a imigração influenciou no avanço da agricultura na região (LEROY, 1991).

Os planos de desenvolvimento que previam as implementações das estradas estavam no âmbito da estratégia nacional-desenvolvimentista iniciadas ainda no período de Vargas, com a “Marcha para o Oeste”<sup>2</sup> e a batalha da borracha<sup>3</sup>, a qual visualizavam a Amazônia como uma “terra vazia”, sem a presença de um contingente de pessoas, com muito potencial de exploração. Os outros governos endossaram esta premissa com estímulos à migração, incentivos ao capital industrial e a setores agropecuários que ocasionou aumento da procura por terras na Amazônia, e então no Governo de Médici (1969-1974) lança-se o PIN) colocando em prática a abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (LEÃO, 2017).

Segundo Leão (2017), o plano de desenvolvimento da região amazônica era torná-la especializada em produtos primários da agropecuária e extração mineral focando no escoamento e transporte. No entanto diversos problemas foram ocasionados, tais como ocupação desordenada e sem o controle efetivo de terras, falta de assistência e de conhecimento do colono com a terra pressionando a venda da terra, incorporando essa aos latifúndios, das metas de “desenvolvimento” para região o único avanço foi na ocupação.

Para Leroy (1991), na Amazônia o antagonismo entre a posse e a propriedade não era frontal devido ao estilo de economia extrativista e baixo nível de ocupação populacional, no entanto com a abertura da Amazônia ao grande capital, a propriedade instalou-se e a partir disso a concentração de terras disparou.

Segundo Leroy (1991), mesmo com esta estrutura fundiária e o histórico de ocupação, a contribuição regional da produção agrícola de Santarém era muito importante, a área rural abastecia uma cidade com mais de 110 mil pessoas em 1980 e exportava para cidades próximas. A Igreja Católica atuava de forma ativa na política, com forte preocupação com o social, na década de 1970 fixou-se no interior em paróquias com a catequese rural e o Movimento de Educação de Base (MEB), com a sua rede de catequistas cobria amplamente o município, a parte da Igreja que estava à frente desses movimentos eram principalmente os que estavam mais inclinados a Teologia da Libertação (LEROY, 1991).

A Teologia da Libertação, vê o pobre como sujeito de sua própria libertação, capaz de organizar-se e lutar por melhores condições de vida, e libertar-se da exploração do

---

<sup>2</sup> Campanha lançada em 1938 pelo governo Varguista, com o objetivo de promover o povoamento e o desenvolvimento econômico da região central do território brasileiro, nesse período intensifica-se o processo de ocupação na Amazônia.

<sup>3</sup> Novo hiato de produção de borracha na região Amazônica, devido ao acordo de Washington firmado entre Brasil e Estados Unidos, a qual o Brasil seria fornecedor de borracha e outras matérias primas para a 2ª guerra mundial, esse hiato incentivou a imigração de milhares de nordestinos a região amazônica para juntarem-se a batalha da produção de borracha.

capitalismo, esta teologia tem como base a opção pelos pobres, e converge em alguns pontos com a teoria marxista, principalmente na crítica ao capitalismo, e no papel que cabe aos pobres a sua própria emancipação (NORONHA, 2012).

Guiados por esta teoria, dois agentes de pastoral naturais da região, retornam a cidade após alguns anos de estudos em teologia e participação na vida no campo no nordeste canavieiro, mais precisamente em Recife. Eram um seminarista e um frei franciscano, que ao retornar, vão morar no interior de Santarém, na comunidade de Prata no Km 72 da rodovia Santarém-Cuiabá e decidem que o seu trabalho vai partir da compreensão da realidade socioeconômica e cultural do interior santareno (LEROY, 1991).

Os dois agentes de pastoral vieram a Santarém com a convicção de que era preciso provar que era o agricultor rural que alimentava a cidade, e por isso deveria ter seu devido valor, além disso perceberam que a religião era importante para a população, mas não era determinante, o que determina a mudança é a economia, e que era necessário organizar o trabalho dos agricultores para garantir a mudança pela geração de renda (ENTREVISTADO 1, 2024).

O interior de Santarém, estava com o campesinato formado por agricultores de diversas origens, e apesar disso foi possível a organização através de desafios comuns. Leroy (1991, p. 58) atribui uma primeira característica coletiva entre os agricultores santarenos, que é a sua resistência a exclusão, nas suas palavras:

Ele foi excluído porque posto de lado, abandonado, uma vez que cumpriu seu papel de escravo, de seringueiro e heroico soldado da borracha, de colono desbravador e construtor do Brasil grande; excluído porque despojado do fruto do seu trabalho, transformado em lucro e capital nas mãos de gerações e cadeias de comerciantes; excluído porque incompatível com a integração da Amazônia dentro do capitalismo monopolista e com a modernização conservadora promovida no campo pelas classes dominantes. A sua história mostra que nunca aceitou essa exclusão e insistiu em sobreviver.

A citação acima mostra o começo da organização e luta dos camponeses, põe em evidência a comum resistência que os une. Na década de 1970 os agricultores familiares da cidade lidavam com o preço barato de sua produção, eram fornecedores de mão de obra abundante e barata para as grandes obras de mineração, infraestrutura e nos garimpos, além disso, estavam presos ao capital usurário através de dívidas com o banco e com os comerciários (LEROY, 1991).

No entanto, é nesta mesma época que essas dificuldades e diferenças inerentes entre eles, dão vida à organização sindical. Para sair da dependência e exploração dos comerciantes locais, constituem-se no interior atividades comunitárias que fortalecem a união

dos camponeses, inicialmente na comunidade do Prata, onde os dois agentes de pastoral chegaram, a primeira atividade comunitária desenvolvida foi a formação de grupos de revenda (GR), ao qual foi de grande importância para o movimento sindical, define-se como:

união de um grupo - todos os moradores do lugar ou parte deles - em torno da efetivação de uma proposta de comprar em conjunto produtos não produzidos por eles e necessários à sua sobrevivência, a fim de revendê-los aos seus membros (LEROY, 1991 p.63)

Eram produtos como materiais escolares, carros, motosserra e até mesmo uma pequena usina para beneficiamento de produtos. Segundo Leroy (1991 p.) os grupos de revenda tinham o objetivo de vender os produtos mais baratos, e a participação no GR era como uma poupança, logo os grupos de revenda se espalharam rapidamente. Outro objetivo das atividades comunitárias através dos GRs, era serem protagonistas da própria comercialização de sua produção, através da usina de beneficiamento de arroz e transporte coletivo, a partir disso foram presenciadas mudanças nas relações políticas e econômicas locais do povoado (LEROY, 1991).

A partir da percepção da força que tinha os GRs e a organização comunitária, que em poucos anos cresceram e se tornaram 200 grupos de revenda, decidiram ampliar este trabalho para uma organização sindical, e buscar melhorias para a produção dos agricultores do interior santareno. Criaram então a Corrente Sindical Lavradores Unidos em 1978, para disputar as eleições a diretoria do STTR (ENTREVISTADO 1, 2024).

Paralelamente aos GRs, registram-se as primeiras lutas coletivas pela posse da terra. Próximo da Várzea na região do Ituqui, a empresa S.A Agropastoril Boiúna Soboi, comprou de descendentes de uma família portuguesa, uma área de terras a qual recebeu em doação por meio da carta régia pelo sistema sesmarias. No entanto nunca fizeram o uso produtivo da terra, no local haviam moradores posseiros a muitos anos (LEROY, 1991).

Para reprimi-los e pressioná-los a sair da terra a Soboi iniciou abertura de picos com uso de força policial e capangas, os moradores organizaram-se junto com delegacias sindicais e solicitaram advogados ao Sindicato. Em 1975 conseguiram vitoriosamente uma liminar para o pedido de manutenção de posse, a partir daí a luta dos moradores do Ituqui tornou-se problema da organização sindical, que formou uma frente de oposição aos dirigentes do STTR simpatizantes do regime militar (LEROY, 1991).

Estes dirigentes eram escolhidos pelo Ministério do Trabalho, e eram chamados pelos camponeses de “Pelegos”, esta expressão era usada entre os camponeses, porque a palavra pelego é a denominação para o objeto colocado na sela do cavalo para tornar o

assento mais confortável, e os dirigentes citados estavam entre o sindicato e o governo estrategicamente e “amorteciam a exploração do grande sobre o pequeno” (ENTREVISTADO 1, 2024). Segundo Leroy (1991 p. 68) com a chegada da Soboi, os lavradores “começaram, portanto, a descobrir o processo de entrada do capital monopolista na região pela mão armada do Estado”, e se não houvesse uma proposta de organização sindical participativa, a garantia da terra poderia ter sido perdida.

A luta pela terra dos moradores do Ituqui, se assemelha a luta dos agricultores na Transamazônica. Estes últimos, vieram para região em busca da terra prometida, não encontraram nada além de fome e necessidade, além de tudo estavam abandonados à própria sorte, ali havia o problema da localização e da qualidade do solo, a qual não estavam preparados e não tinham assistência do INCRA, sofriam acidentes na derrubada da mata, e tinham baixa imunidade a doenças regionais como a malária (LEROY, 1991).

Os agricultores trazidos do sul eram persuadidos pelo INCRA, com a narrativa de que eram a esperança da colonização, seriam grandes fazendeiros, ao mesmo tempo em que disseminavam a visão de que os agricultores vindos do nordeste eram preguiçosos, eram persuadidos a servir o INCRA e o governo, sendo colocados contra os outros (LEROY, 1991).

Na análise de Leroy (1991), as políticas agrícolas locais instituídas pelos órgãos federais, foram importantes para a maturação da consciência social dos agricultores. Como destaque de lutas coletivas dos agricultores da Transamazônica, tem-se a luta contra a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), que representava para eles o comerciante usurário. Os agricultores eram obrigados a entregar a safra de arroz à companhia, por conta disso ocuparam a sede do INCRA reivindicando o preço justo para o arroz, que além de barato era usurpado pela Cibrazem (LEROY, 1991). Os agricultores da Transamazônica não participaram ativamente nas primeiras tentativas de tomada do sindicato, mas viriam a constituir um dos mais fortes polos que levaram à conquista do STTR em 1980 (LEROY, 1991).

Junto com as comunidades e a Igreja, havia a FASE, ONG comprometida com a organização comunitária desde 1960, a sua atuação foi inicialmente importante no contexto do movimento sindical de Santarém (LEROY, 1991). No ano de 1975 é firmada a parceria entre o STTR e a FASE através de um convênio que definia a atuação da FASE na educação sindical através das delegacias sindicais, como resultado desta parceria lançaram a cartilha “O posseiro e a terra” por ocasião do conflito no Ituqui, e logo em seguida a cartilha “O lavrador

e seu sindicato” que foi amplamente utilizado em âmbito municipal e nacional (LEROY, 1991).

Neste período a CPT começou a trabalhar no município, e no I Encontro de Agricultores realizado em 1976 organizado pela CPT, discutiram diversas questões importantes para o desenvolvimento da classe, como a produção, beneficiamento, transporte, estradas, posse da terra etc. A partir daí encorajou-se a chapa de oposição ao sindicato para enfrentar os “pelegos”, a Corrente Lavradores Unidos. Porém, não ganharam a primeira eleição, mas o movimento estava consolidado e disposto a continuar na luta pela tomada do Sindicato (LEROY, 1991).

Nos anos seguintes a repressão do regime militar manteve-se ativa em cima dos movimentos sociais, como foram anos sem qualquer reforma ou melhora, a CONTAG entra em cena convocando congressos, adotando uma postura de exigir as melhorias do Estado (LEROY, 1991). No ano de 1979 ocorreram greves dos trabalhadores de diversos setores em 15 estados, em 1980 entraram no segundo ano de greve em Pernambuco, sob grande repressão e até assassinato de trabalhadores, em 1980 cria-se o Partido dos Trabalhadores (PT), que exerceu grande influência sobre o STTR (LEROY, 1991).

Nestes anos o Brasil estava enfrentando sérios problemas econômicos, e intensificou-se no norte a exploração para fornecimento de matérias-primas, no sul do Pará ocorreu a grilagem e a instalação de fazendas, milhares de lavradores da região do Maranhão expulsos de suas terras chegam aos garimpos na Serra Pelada e também nos garimpos do Tapajós, é nesta conjuntura que o Sindicato entra em uma nova fase (LEROY, 1991). Esta nova fase, leva a conquista do órgão e novas conquistas para a classe dos agricultores familiares rurais, mesmo no cenário de repressão da ditadura, contexto que será abordado na seção seguinte.

## **2.2 História e Evolução do Sindicato: Conquista do Sindicato em 1980**

A Corrente Sindical Lavradores Unidos, conquista o sindicato apenas em julho de 1980, e inicialmente concentraram suas ações com as comunidades do planalto que levou os trabalhadores a se reconhecerem na corrente sindical, entre essas ações estão: o reforço a organização sindical através das delegacias ; criação da ficha de “histórico de posse”, a qual coletava dados sobre a situação do posseiro e a terra de trabalho; participação nas lutas dos agricultores como resistência à expulsão da terra, grupos de revenda entre outras; criação do Boletim Lamparina, apresentado como informativo mensal dos trabalhadores; o lançamento

da corrente congregava as delegacias sindicais do Una, da Transamazônica, da Morada Nova, da Baixa da Areia, do Chaves e do Jabuti (LEROY, 1991).

Figura 2: Informativo da Corrente Sindical Lavradores Unidos 1980.



Fonte: Acervo Pessoal

A partir daí a organização sindical sem os “pelegos” começou a tomar rosto. A Lamparina tornou-se símbolo do sindicato, criou-se o slogan, hino e o informativo passou a chamar-se “Informativo da Corrente Sindical Lavradores Unidos”. A chapa foi encabeçada pelo agente de pastoral, novas delegacias foram criadas, cria-se a “Ala jovem” e a “Ala feminina” com participação de mais de 300 mulheres, a previsão orçamentária mudou o uso do dinheiro do Sindicato que antes  $\frac{4}{5}$  era utilizado apenas para pagamento de gratificações e salários, passou a ter como preceito o uso racional do dinheiro em prol do sindicato, as prioridades da chapa passam a ser a terra, a produção, assistência jurídica e médica, a mudar a aposentadoria para os 55 anos, e a liberdade sindical, além das mulheres e os pescadores serem contemplados (LEROY, 1991).

Segundo Leroy (1991) o movimento que aqui se instalava cresceu inspirado em princípios e elementos de métodos e exemplos de luta de sindicatos e movimentos internacionais e nacionais que cresciam antes de serem reprimidos no regime militar em 1964. Uma das principais inspirações eram as Ligas Camponesas do Nordeste (ENTREVISTADO

1, 2024). Neste primeiro mandato, as alas jovem e feminina foram muito importantes para continuar o trabalho de educação sindical nas comunidades, além disso foi possível ampliar a revenda comunitária, e outras conquistas como barco comunitário, transporte comunitário, casa de farinha e até mesmo uma usina de arroz (ENTREVISTADO 1, 2024).

Anteriormente nos sindicatos pelegos não era possível que a mulher se associasse, era apenas dependente do homem. No entanto inspirados pelas mensagens libertadoras “de que a mulher é a banda metade do homem”, mudaram as regras para que fosse possível a participação das mulheres no sindicato como sócias, e membros de diretorias (ENTREVISTADO 1, 2024).

O STTR pretendia ser “um lugar de construção do homem como membro de uma classe, lugar de inter-relação e interação criadora de força voltada para lutas e conquistas” (LEROY, 1991). Ao assumir o sindicato em 1980, havia um pouco mais de 110 delegacias, em 1985 estava com 265, ao passo que no interior do município tinham 300 lugarejos recenseados, quase todas tinham uma delegacia, nesta primeira década de trabalho o sindicato chegou a ter 12 mil associados (LEROY, 1991). Abrangia as regiões de Santarém, inclusive a Várzea, a Transamazônica com a cidade de Rurópolis e Placas, Belterra e Mojuí, chegou a ser considerado o maior sindicato da América Latina em termos de associados (ENTREVISTADO 2, 2024).

Iniciam-se as lutas pelas terras, estradas e vicinais na Transamazônica, produção da Juta na várzea e sobre as invasões das terras no Tapajós, instalação de postos de saúde no interior. Ao mesmo tempo que estavam atentos aos problemas locais, não descuidaram de participar da reorganização nacional do movimento sindical, mantendo relações com movimentos de outros estados, e participando de encontros nacionais (LEROY, 1991).

Em 1980 outro conflito de terras explode na região de Placas na Transamazônica. Colonos organizados na delegacia sindical resistiam aos avanços de fazendeiros. Militares entraram na região a procura dos lavradores que eram lideranças sindicais, obrigaram posseiros a assinarem documento de desapropriação e prenderam alguns, que logo foram soltos por pressão de outros colonos e da Igreja.

Foram realizados mutirões para assegurar a posse dos lavradores, impedindo que os fazendeiros abrissem roçados próximos, uniu-se agricultores da várzea e das estradas, com organização e esquema de segurança, contava com aproximadamente 300 pessoas trabalhando nos roçados, o valor da comercialização dos produtos colhidos deste trabalho coletivo ia para o orçamento das delegacias sindicais, medidas essas que inibiram a ação dos fazendeiros, e asseguraram a posse dos agricultores (LEROY, 1991).

Paralelamente a isso, em 1974 havia sido criada a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA TAPAJÓS), e a intenção do governo era expulsar as comunidades que ali estavam, para dar lugar à exploração madeireira (ENTREVISTADO 1, 2024). O STTR acompanhou 16 comunidades na luta por permanência do território às margens do Rio Tapajós contra empresas madeireiras incentivadas pela SUDAM, que pretendiam ocupar a margem esquerda do rio numa extensão de 60 km de frente no município de Aveiro até o rio Arapiuns com 100 km de fundo, as comunidades que estavam nesse perímetro viviam da pesca, extrativismo e roçados, e resistiram à investida das empresas.

Para defender o seu território, as comunidades juntamente com o sindicato, abriram com suas próprias mãos o pico das comunidades, delimitando a separação entre a Floresta e as comunidades, Segundo o entrevistado 1 (2024), foram dias de trabalho coletivo, depois de muitas tentativas conseguiram assinar acordos com as empresas madeireiras garantindo a posse coletiva do território para as comunidades, a luta não era pela posse individual e sim pela posse coletiva da terra (LEROY, 1991). Neste conflito o sindicato criou a primeira bandeira de luta que guiaria seus trabalhos, chamada “A terra é para quem nela vive e trabalha” (ENTREVISTADO 1, 2024).

Neste imbróglio, foi feito os primeiros contatos diretos com órgão do governo, para resolver este conflito. Veio a região o representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e juntamente com os comunitários discutiram as primeiras leis voltadas para unidades de conservação como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e reivindicaram acordos como a criação da unidade de conservação e garantia da titulação coletiva do território (ENTREVISTADO 2, 2024)

Na abertura da Santarém-Cuiabá, agricultores foram abandonados à própria sorte com a promessa de terras e um futuro melhor. Os que ocuparam terras e se revoltaram contra o INCRA eram perseguidos por comerciantes, pela polícia e por pistoleiros, um desses episódios muito falado entre os agricultores é a morte de Avelino Ribeiro, muito conhecido no movimento sindical, que foi morto a tiros por um comerciante no km 173 da estrada Santarém-Cuiabá (LEROY, 1991).

Figura 3: Tabela de gastos de roçado no Planalto e na Transamazônica.

GASTOS DE UM ROÇADO DE ARROZ, NA MATA, COM 4 TAREFAS – PLANALTO			Neste total, ainda estão faltando as despesas com frete, ferramentas e sacaria.  Agora, vamos ver o APU-RADO. 4 tarefas é o mesmo que um hectare. Um roçado desse tamanho, geralmente, dá uma colheita de 100 alqueires. O mesmo que 50 sacos de 60 quilos.  Vendendo essa safra em maio, quando o preço do alqueire é 90 cruzeiros, o lavrador apura 9 mil cruzeiros. Isto, para quem gastou 13.585 cruzeiros, trouxe um prejuízo de 4.585 cruzeiros.  Se a safra for vendida em dezembro, quando o alqueire custa 200 cruzeiros, o apurado será de 16.000 cruzeiros. Isso acontece porque, depois de um certo tempo, o arroz fica mais leve, e de cada 100 quilos se perde 20.  Agora, o que sobra para o lavrador são 2.415 cruzeiros. Mas, é com esse dinheiro que o camponês tem de pagar o frete, as ferramentas e a sacaria.  Vamos ver as despesas com um roçado do mesmo tamanho, na Transamazônica.
Broca	— 6 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 450,00 Cr\$ 480,00	
Derruba	— 8 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 800,00 Cr\$ 640,00	
Semente	— 12 litros por tarefa	Cr\$ 305,00	
Planta	— 8 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 800,00 Cr\$ 640,00	
Capina	— 2 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 150,00 Cr\$ 160,00	
Colheita	— 40 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 3.000,00 Cr\$ 3.200,00	
Tapiri	— 3 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 225,00 Cr\$ 240,00	
Ajuntar o arroz	— 3 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 225,00 Cr\$ 240,00	
Batição	— 10 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 1.000,00 Cr\$ 800,00	
Carregar	— 25 cargas Alimentação	Cr\$ 150,00 Cr\$ 80,00	
Total das despesas		Cr\$ 13.585,00	

GASTOS DE UM ROÇADO DE ARROZ, NA MATA, COM 1 HECTARE – TRANSAMAZÔNICA			9.956 cruzeiros são as despesas que o lavrador tem nesse roçado. Vendendo a colheita de 36 sacos de 50 quilos em maio, o lavrador apura 6.300 cruzeiros. O seu prejuízo será de 3.656 cruzeiros.  Se o lavrador esperar até dezembro, só retira o seu arroz da CIBRAZEM se pagar as despesas de armazenagem, os juros do EGF e o ICM. Para cada 100 cruzeiros recebidos na venda do arroz, o lavrador é obrigado a entregar 15 cruzeiros ao governo. 50 de ICM.  Mesmo que o arroz dobre de preço, essas despesas da CIBRAZEM mais os juros do Banco e o ICM, tiram o ganho do agricultor.  Tanto no caso da Transamazônica como no do Planalto, é difícil aguentar a espera por um preço melhor. Para a imensa maioria dos lavradores, a safra está sempre da mão para a boca, e por isso a situação obriga à venda da produção logo nos primeiros meses após a colheita. Por outro lado, a experiência dos que se aventuraram à uma espera, mostra que enquanto aguardam a melhora de preços, a carestia tem uma subida sempre maior do que a do arroz.
Broca	— 8 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 800,00 Cr\$ 720,00	
Derruba	— Com moto serra, dia e meio Alimentação	Cr\$ 1.200,00 Cr\$ 540,00	
Semente	—	Cr\$ 380,00	
Planta	— 6 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 600,00 Cr\$ 540,00	
Capina	— 1 dia de serviço Alimentação	Cr\$ 100,00 Cr\$ 90,00	
Colheita e Empilhamento	— 12 dias de serviço Alimentação	Cr\$ 1.200,00 Cr\$ 1.080,00	
Trilhar o arroz	— 2 dias e meio de serviço Alimentação	Cr\$ 250,00 Cr\$ 225,00	
Frete para a CIBRAZEM	— 36 sacos	Cr\$ 500,00	
Viagens para o Banco	— 2	Cr\$ 1.000,00	
Sacaria	— 16,40 cada	Cr\$ 574,00	
Funrural	— 2,5 por cento	Cr\$ 157,50	
Total das despesas		Cr\$ 9.956,50	

Fonte: Acervo pessoal

Outra pauta de extrema importância ao STR na primeira década era a produção e comercialização, fizeram cálculos de custos de produção, gastos comparativos entre diferentes tipos de roçados, preocupação com as políticas agrícolas para produção de juta na várzea e de arroz da Transamazônica. Na figura 3, há o levantamento de gastos em roçados no planalto e na Transamazônica.

Esses cálculos discutidos em assembleia mostraram que os produtos eram vendidos a um preço menor que o de custo considerando desde o arrendamento da terra até a comercialização, a partir daí tomaram providências, buscaram um acordo, sem sucesso, com os gerentes do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia (BASA), por conta disso as delegacias sindicais fizeram abaixo-assinado reivindicando um preço justo a produção e a garantia de permanência na terra já que muitos agricultores eram ameaçados de perder seus lotes para saldar dívidas no banco (LEROY, 1991).

Os agricultores eram submetidos a diversos tipos de exploração como inflexíveis normas administrativas, dependência quase que total ao marreteiro ou do usineiro que compravam a produção a baixo preço, além disso a péssima condição das estradas faziam com que safras inteiras se perdessem por impossibilidade de escoá-las, em consequência os agricultores contentavam-se em arrendar terras aos fazendeiros, tornar-se peão de obras, trabalhadores em fazendas, ou até mesmo ir aos garimpos até o momento de deixar de vez a terra (LEROY, 1991).

Durante anos as delegacias sindicais reivindicavam a melhora nas vicinais da Transamazônica, inúmeras idas ao INCRA de Rurópolis, abaixo-assinado entregue ao ministro da agricultura e ao presidente do INCRA em Brasília, ato público com 1.500 pessoas em Rurópolis e nada foi resolvido, somente em 1985, após a ocupação da sede do INCRA, conseguem a proposta de recuperação imediata de 18 vicinais e abertura de terraplenagem de 250 km de novas vicinais. (LEROY, 1991).

O STTR compreendeu a importância da questão agrícola, da produção e comercialização como prioridade. Em 1985 há 35 grupos de vendas, dois caminhões na Transamazônica e sete barcos, para tratar de propostas para comercialização e produção criou-se o Departamento Econômico do Sindicato (LEROY, 1991). Das lutas empreendidas pelo Sindicato, depois da luta pela terra, e pela produção, uma das mais emblemáticas é a luta pela saúde.

Considerando as péssimas condições de trabalho, condições alimentares dos lavradores tanto na várzea como no planalto, crescente casos de morte por malária, falta de transporte para percorrer longas distâncias até os hospitais, tornou-se prioritária a interiorização do atendimento básico de saúde através dos postos de saúde, a partir daí começa a reivindicação do sindicato, em união com os movimentos sociais da cidade, para implementação dos postos de saúde (LEROY, 1991).

No cenário nacional, iniciava-se a luta dos sem-terra, com a criação do movimento em 1984. O STTR apoiou o movimento e enviou delegações para os congressos, intensificando sua participação no cenário nacional de lutas e movimentos sociais, estreitou relações com a CUT, e tornou-se referência para outros movimentos do País (LEROY, 1991). Em 1984 lançaram o filme *Lamparina* que conta a história de criação e luta do STTR, e era assistido pelos metalúrgicos de São Paulo, no ABC paulista, petroleiros de Campinas e outros movimentos que se inspiraram nesta organização (ENTREVISTADO 2, 2024).

O trabalho do sindicato era muito importante, mas para a mudança do sistema era necessária uma ferramenta maior que o sindicato, que para eles era o partido político, e escolheram o PT para buscar esta mudança (ENTREVISTADO 1, 2024). Como o sindicato estava próximo da organização da CUT, relacionamento direto com os líderes do partido como o Lula, optaram pelo PT como escolha de partido político para ser essa ferramenta de luta pelos trabalhadores, e em alguns momentos chegou a ser confundido o sindicato com o PT, partidarizando as lutas sindicais (ENTREVISTADO 2, 2024).

Sindicalistas começaram a filiar-se ao PT e engajar-se em questões políticas mais gerais, inclusive o STTR teve diversos atores candidatos a cargos políticos na cidade como

um dos primeiros presidentes, que se candidatou a prefeito de Santarém em 1985, embora muito votado não foi eleito. Porém, mais tarde foi eleito como vereador, depois deputado estadual (ENTREVISTADO 1, 2024), assim como outros membros do STTR mais à frente.

Após a conquista do sindicato, foi possível ampliar a organização dos trabalhadores rurais da cidade, através da atuação do STTR teve-se diversas conquistas no âmbito municipal que influenciou no desenvolvimento da agricultura familiar, assunto que será abordado na seção seguinte.

### **2.3 Atuação e Influência do Sindicato na Agricultura Familiar nas décadas de 1980 e 1990**

Os primeiros anos de atividade do STTR sem os “pelegos”, foram de reivindicações e lutas sem cessar, o país passava por uma instabilidade política devido a mudança de regime autoritário para a redemocratização e atravessava a chamada década perdida no cenário econômico, junto com inflação desordenada de preços. A partir da tomada do sindicato em 1980 ele assume o papel de sindicato combativo, de defesa do trabalhador rural e da terra (ENTREVISTADO 2, 2024).

Além de estarem em posição de liderança e união para melhoria da classe dos trabalhadores rurais, os integrantes do sindicato ainda se preocupavam com sua própria produção para comercialização e subsistência. Segundo informações coletadas em entrevistas, durante o período de 1989 a 1992 foram enfrentadas muitas crises como o movimento das “diretas já” em Santarém, os sindicalistas viviam com extrema cautela e medo de serem flagelados ou presos, não anotavam nada em cadernos, conversavam em códigos para não serem pegos, e nas colônias tinham extrema cautela com a presença de carros de grileiros de terras na BR 163 que atiravam sem pena, e tiveram diversas audiências com o INCRA e a Agropastoril Soboi, ainda com desdobramentos do conflito no Ituqui (ENTREVISTADO 3, 2024).

Neste período, como forma de implementar políticas públicas de dentro para fora, o STTR conseguiu acesso a um recurso de fundo perdido da Holanda, e implementaram o Centro de Formação Chico Roque em Santarém. O recurso era para ser repassado em três parcelas, as primeiras parcelas chegaram em dinheiro vivo dentro de sacas, em dólar, franco, peso, e para lidar com o problema da inflação de preços, compraram o material de construção de uma vez só, e a contratação dos responsáveis pela obra. E em apenas seis meses o centro de formação estava pronto e inaugurado, no entanto, com a chegada de Collor à presidência

da República, mudou-se a regra para receber dinheiro estrangeiro, que deveria passar pelos governos antes de ir ao destinatário, então o executor do fundo cortou o repasse do recurso para o dinheiro não passar pelo governo (ENTREVISTADO 3, 2024).

A terceira parcela era para contratação dos professores e preparação para área de experimento do centro, que infelizmente não foi possível fazer na época, ainda fizeram apelos ao poder público do Estado e do município, mas sem sucesso, o objetivo da escola Chico Roque, era formar técnicos agrícolas para atender a carência que o sindicato tinha em relação à assistência técnica, pois não eram atendidos pela EMATER e EMBRAPA (ENTREVISTADO 3, 2024).

Como não foi possível a realização disso, o sindicato enviou jovens para Recife e Macapá para formação em técnicos agrícolas, mas depois dos anos de formação e retorno, o sindicato não conseguiu recurso para contratá-los como técnicos permanentes (ENTREVISTADO 3, 2024). Com o mesmo objetivo de formação e desenvolvimento dos próprios trabalhadores neste período foi criada a Casa Familiar Rural (CAFAR), em algumas regiões (ENTREVISTADO 3, 2024). Como conquista de suas ações nesse período, o sindicato conseguiu criar uma cooperativa chamada “Revendão”, e conseguiram através de ajuda governamental, uma usina de beneficiamento de arroz e chegaram a pillar mais de 80 sacos de arroz em um dia, era a usina mais moderna da cidade (ENTREVISTADO 3, 2024).

Junto com o trabalho de incentivo à produção e comercialização, o sindicato não deixou o trabalho de assistência social ao trabalhador rural, ele era muito procurado principalmente para assistência ao FUNRURAL, para o processo de aposentadorias. Neste período para os indivíduos provarem que exerciam trabalho no campo, necessitavam ser sindicalizados e da assinatura do presidente do STTR em sua ficha, durante o período de 1989 a 1992, foram assinadas 1.101 aposentadorias pelo sindicato (ENTREVISTADO 3, 2024).

O foco principal era na melhoria econômica dos trabalhadores rurais, o objetivo era o fortalecimento da cooperativa com a usina de beneficiamento de arroz, fizeram o mapeamento de todo o comércio de Santarém para delimitar onde iriam fornecer os produtos, arroz; feijão; milho, além de tudo um caminhão que fazia a distribuição, dessa forma avançavam na organização do sindicato, os produtos provenientes desse esforço, abasteciam a cidade inteira (ENTREVISTADO 3, 2024).

Problemas que o poder público não se mostrava solícito a solucionar, o sindicato organizava mutirões para resolver, como na recuperação de ramais onde era necessário escoar a produção. Segundo o Entrevistado 3 (2024) sobre a recuperação de um ramal na

comunidade Santarém- Jabuti: “(...) E a gente realizou esse mutirão em 8 dias trabalhando homem, mulher e menino, parou a escola, parou tudo para fazer essa limpeza”.

A partir do sindicato foi possível o acesso a diversas políticas públicas governamentais para a agricultura familiar como uma das mais importantes tem-se o PRONAF criado em 1995, que muitas famílias de sindicalizados conseguiram acesso. No entanto um dos maiores empecilhos para o acesso ao programa, é a exigência de título de regularização da terra, que ainda falta para muitos agricultores (ENTREVISTADO 2, 2024).

Este período, coincide com a chegada da soja em Santarém com empresários vindos do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, garantindo as melhores terras para o plantio de soja por meio de grilagem e coerção aos pequenos agricultores, o que acarretou desaparecimento de comunidades inteiras no interior de Santarém (ENTREVISTADO 2, 2024). A conquista do sindicato foi muito importante para a organização e desenvolvimento dos agricultores familiares nesse período, no entanto, com a chegada do século XXI surgiram novos problemas e ameaça a este setor, conforme será abordado na seção seguinte.

#### **2.4 Entrada do século XXI: novos Problemas, novas reivindicações**

Na chegada do século XXI, aumenta-se a participação das mulheres nos cargos de diretoria do STTR, mudanças institucionais no sindicato e surgem novas lutas por terra, principalmente na região da várzea. A CONTAG mudou a autonomia dos sindicatos de cobrarem mensalidade, o que “encareceu” a mensalidade e desestimulou os sindicalizados, assim como permitiu a criação de vários outros sindicatos para uma mesma categoria (ENTREVISTADO 4, 2024). Nos primeiros anos o STTR era o maior do Brasil em termos de sindicalizados, devido a mudanças na dinâmica e desmembramento das cidades Belterra, Mojuí e Rurópolis ao qual criaram seu próprio sindicato, esse número caiu.

Além disso foram criadas outras entidades sindicais como o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTTRAF), e o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais e Aquicultores de Santarém (SINDPESCA), que contribuíram para a evasão dos sindicalizados no STTR (ENTREVISTADO 4, 2024).

No início dos anos 2000, houve outro conflito de terras na região do Lago Grande, e na Gleba Nova Olinda. Madeireiras, mineradoras e grileiros tentavam adentrar no território para exploração. O STTR junto com outras entidades pleiteava a garantia do território coletivo para a população dessa região que foi conquistado em 2005 através da criação do

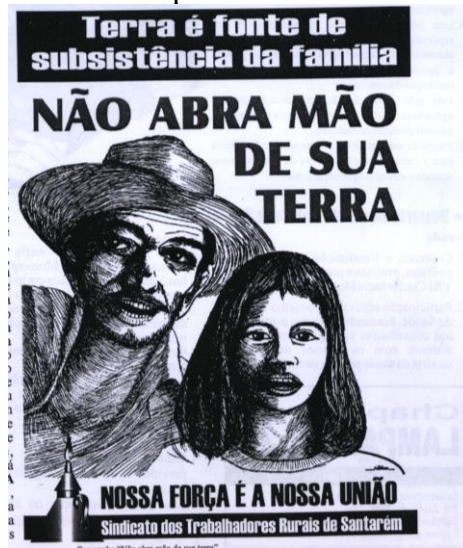
Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) do Lago Grande (ENTREVISTADO 4, 2024).

O STTR também atuou no enfrentamento a tentativas do governo Estadual, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) que realizou o zoneamento macroeconômico da região para exportar madeira e plantar soja na região, porém a Gleba Nova Olinda é o maior santuário de sociobiodiversidade de Santarém, a entrada de empresas estrangeiras para explorar madeira, causou grande destruição da flora e fauna na região, sem considerar as 14 comunidades que existiam no território, o sindicato junto com outras entidades fizeram a denúncia do desmatamento para polícia federal, no entanto na época nada foi feito, e depois de vários desdobramentos a titulação do território coletivo da Gleba Nova Olinda só foi conseguido no ano de 2010 (ENTREVISTADO 4, 2024).

No entanto, os agricultores de Nova Olinda relataram ao STTR perda de espécies de árvores nativas que eram parte do extrativismo da comunidade como copaibeiras, cujo fruto é utilizado para extração de óleo, e com isso perda de geração de renda da comunidade (ENTREVISTADO 4, 2024). Paralelamente a isso, a pressão do mercado de terras aumentava, e neste mesmo período a empresa multinacional Cargill começou operações com o porto graneleiro nas margens do Rio Tapajós em Santarém, oferecendo incentivo para o aumento da produção do agronegócio na cidade e desenvolvimento do mercado agrícola, pois o porto escoaria a produção vinda do Mato Grosso e da própria cidade, este evento contribuiu para o aumento do desmatamento e conflitos por terra na região do Planalto (ENTREVISTADO 4, 2024).

No início dos anos 2000, um levantamento feito pelo sindicato mostrou que em seis meses, 300 famílias tinham vendido seus lotes (ENTREVISTADO 5, 2024), em função disso em 2003 foi lançada a primeira campanha “Não abra mão das suas terras”, para incentivar a permanência dos agricultores no campo, e utilizar mecanismos de combate a conflitos pela terra, a campanha teve bastante resistência dos fazendeiros principalmente na região do planalto, no entanto esta mesma campanha é realizada até os dias atuais (ENTREVISTADO 4, 2024). A figura 4 mostra o cartaz da campanha citada:

Figura 4: Cartaz da Campanha "Não abra mão de sua terra"



Fonte: Acervo pessoal.

Em função das ações empreendidas nas campanhas para garantia das terras, tanto na várzea como no planalto, os presidentes do STTR começaram a receber ameaças das madeireiras e latifundiários e chegaram a ser qualificados em programas de proteção policial (ENTREVISTADO 4, 2024).

Os entrevistados pontuam a importância econômica dos agricultores familiares da região, que com sua produção rural, trabalho intenso conseguem pagar faculdade dos filhos, contratar pessoas para ajudar no trabalho na roça, movimentar economia no pagamento de transportes, movimentação de feiras, entre outros, porém a economia dos trabalhadores rurais continua na invisibilidade, à margem da sociedade (ENTREVISTADO 4, 2024).

A partir da ação do sindicato foi possível o acesso a mercados institucionais como o PNAE e o PAA (ENTREVISTADO 4, 2024). Outra grande conquista dos agricultores neste período foi com a entrada de Lula na presidência da República, a implementação do Programa Luz para todos em 2003, atendendo uma das mais antigas lutas da classe que era o direito ao acesso à energia elétrica de maior qualidade e de menor custo. Em Santarém o trabalho de líderes comunitários e do STTR foi de fiscalizar e pressionar os governos Federal, Estadual e Municipal para que o programa fosse implementado em todas as comunidades, enfatizando que a chegada da energia aos agricultores elevaria a qualidade e a produtividade no campo, na adoção de técnicas de cultivo e irrigação durante os meses de verão (INFORMATIVO LAMPARINA, 2010).

E em relação às lutas sociais empreendidas pelos agricultores, outra conquista foi a inclusão no regime geral de previdência social e redução da idade para aposentadoria, anteriormente homens e mulheres aposentam-se com 65 e 60 anos respectivamente,

atualmente com 60 anos para homens e 55 para mulheres, durante o ano de 2010 foram encaminhados mais de 2.500 benefícios previdenciários (INFORMATIVO LAMPARINA, 2010).

Nos anos 2000, a expansão da soja estava iniciando, os agricultores começaram a sentir as consequências desse avanço e das mudanças decorrentes do modo predatório utilizado pelo agronegócio. Segundo relatos coletados em entrevista, em 2013 quando as grandes plantações de soja se instalaram na região do Ituqui, os agrotóxicos utilizados na monocultura eram levados pelo vento para as plantações orgânicas das famílias da região, causando amarelidão e em consequência morriam, como aconteceu com a plantação de arroz, que antes deste período era o carro chefe das famílias, para produção, comercialização e subsistência, assim como outras roças de feijão, milho e outros (ENTREVISTADO 6, 2024).

Devido às lutas empreendidas pelo sindicato para reforma agrária nas regiões da várzea no Lago Grande e na Gleba Nova Olinda onde foi conquistado dois projetos de assentamento sustentável e três na modalidade coletiva, em 2020 houve uma invasão na sede do sindicato por parte das madeireiras, para amedrontar e desmobilizar as lutas, tentando capturar o presidente, que estava liderando as lutas citadas, mas não conseguiram capturá-lo, no entanto continuaram tentando desmobilizar as conquistas do STTR (ENTREVISTADO 5, 2024).

Segundo informações coletadas em entrevistas no ano de 2021 o sindicato contava com 6 mil sócios, no entanto o objetivo principal dos sócios era conseguir os benefícios sociais por meio do órgão, e as lutas por direitos mais gerais da classe estavam enfraquecidas (ENTREVISTADO 5, 2024). Em 2024 foi possível realizar a criação do ecocentro da sociobioeconomia para beneficiamento de produtos do extrativismo florestal e produtos da agricultura familiar, através da proposta lançada em cooperação entre sindicato, Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará (ACOSPER) e o projeto Saúde e Alegria (PSA), com o objetivo de ser uma alternativa de melhora da produção e escoar a produção dos trabalhadores (ENTREVISTADO 4, 2024).

Além disso o sindicato lidera o Projeto Mulheres Empreendedoras da Floresta iniciado em 2022 presente em 5 municípios do estado, para capacitação de agricultores familiares, com uma preocupação ambiental com objetivo de promover produções mais sustentáveis que valorizem o meio ambiente e traga geração de renda (ENTREVISTADO 4, 2024).

O STTR se mantém vivo politicamente, atualmente participa ativamente em conselhos da sociedade civil e governamentais como os conselhos municipais de saúde,

transporte entre outros (ENTREVISTADO 4, 2024). E uma das maiores preocupações atuais do sindicato, é buscar alternativas de mitigação às mudanças climáticas, que afetam a produção e comercialização dos agricultores.

Mesmo com a implementação do Ecocentro, um dos empecilhos atuais é o volume de produção que vem decaindo com as mudanças do clima, a previsão para o ano de 2023 no Ecocentro era conseguir beneficiar 2 toneladas de mel de abelha, no entanto conseguiram apenas 200 kg, em decorrência da seca extrema na Amazônia no verão deste ano, a florada decaiu e as abelhas produziram menos, apenas para sua própria sobrevivência (ENTREVISTADO 5, 2024).

O órgão sindical continua com os serviços de assistência previdenciária, e serviços de documentação agrícola para agricultores familiares como o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), e as lutas sociais combativas mantendo seu capital político, no entanto atualmente sofre a forte evasão dos sócios, falta de quitação de mensalidades o que preocupa os dirigentes, pois o sindicato está financeiramente enfraquecido (ENTREVISTADO 4, 2024).

O STTR completa mais de 50 anos de história, lutas empreendidas para o desenvolvimento da agricultura formada por pequenos agricultores e suas famílias, influenciando políticas públicas, melhorias em diversas áreas desde a produção até a saúde dos trabalhadores (as), a partir disso, cada dirigente que encabeçou essas conquistas veem o sindicato como órgão poderoso e de grande valor para o município conforme veremos no capítulo seguinte.

### **3 PERCEPÇÃO DO STTR ACERCA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO PARA AGRICULTURA FAMILIAR**

Este capítulo busca apresentar as percepções dos membros do STTR acerca de políticas públicas e desenvolvimento da agricultura familiar em Santarém. Em primeiro lugar o capítulo buscou trazer conceituações sobre as categorias agricultura familiar e políticas públicas. Depois utilizou-se as respostas coletadas em entrevistas realizadas durante os meses de agosto e outubro de 2024. Foram realizadas 8 entrevistas, com perguntas abertas sobre políticas públicas, influência do sindicato na agricultura familiar e em PPs. Entrevistou-se atores que estavam a frente do sindicato no final do século XX, primeiros anos do STTR, e outros do contexto mais recente.

#### **3.1 Conceituação: Agricultura Familiar e Políticas Públicas**

O termo “agricultura familiar” vem sendo utilizado no Brasil, mais precisamente a partir dos anos 90, com a necessidade de conceituar o campesinato para aplicação em políticas públicas. No entanto, na literatura, é comum encontrar termos como “pequeno agricultor”, “trabalhador rural” e simplesmente “camponês”. Na Amazônia, devido aos processos de colonização e à abertura de estradas, é frequente o uso do termo “colono” para designar os agricultores familiares, havendo, inclusive, a autodenominação da população rural com essa expressão, especialmente ao longo das rodovias federais BR-163 e BR-230 conforme observado nas entrevistas.

Para Wanderley (2003), há no campo teórico uma dificuldade em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar. O termo se difundiu principalmente após a criação do PRONAF, passando a ser utilizado pelos pequenos produtores de base familiar para acessar a política de crédito:

Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. Tal posição é defendida com uma maior elaboração teórica. A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado. Na Europa, esta posição é reforçada pelo fato de que não só as políticas agrícolas nacionais, como a própria PAC, definiram como modelo de

estabelecimento agrícola o estabelecimento familiar composto por duas unidades de trabalho, em geral, o casal familiar. (WANDERLEY, 2003 p. 44)

Como visto na citação anterior, o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna. Conforme modelos implementados na Europa, considera-se como familiar o estabelecimento rural protagonizado principalmente pelo casal familiar. Diante da dificuldade em atribuir um valor conceitual preciso, surgem questionamentos sobre a constituição desse ator social:

(...) trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos, frequentemente vistos como “gestados” pela própria ação do Estado? (WANDERLEY, 2003 p.44).

Ainda segundo Wanderley (2003), é possível compreender o campesinato em duas dimensões: Em primeiro lugar, como uma civilização ou cultura, o campesinato tradicional define-se por manter uma sociedade englobante, com laços de integração e vínculos mercantis. Em segundo lugar, pode ser visto de forma mais restrita, como um tipo social particular de organização da produção, com base na unidade familiar, que se expressa em práticas sociais que implicam a associação entre patrimônio, trabalho e consumo no interior da família, demandando uma lógica de funcionamento específica.

Dito isso, para o autor, deve-se considerar a capacidade de resistência e adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. O agricultor familiar permanece camponês na medida em que a família continua sendo o principal objetivo que define suas estratégias de produção e reprodução. Nos anos 1970, durante o processo de modernização da agricultura, os camponeses não foram convidados a participar desse projeto, pois eram vistos, pela perspectiva conservadora da modernização, como tradicionais e avessos ao progresso. Assim, o processo de modernização foi acompanhado pela substituição dos camponeses pela empresa rural (WANDERLEY, 2003).

No âmbito das Políticas Públicas (PPs), o conceito de PPs, por ser amplamente discutido na literatura, assume diferentes formas, dependendo do enfoque adotado. O conceito apresentado por Secchi, Coelho e Pires (2019) relaciona as PPs como soluções para problemas existentes. Mas há definições que as associam a medidas de prevenção de problemas ou até mesmo à criação de melhores condições de vida para a população. Em sua definição mais geral, os autores afirmam:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos essa definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019 p.2)

Até a criação do PRONAF, a agricultura familiar era um setor marginalizado pela ação do Estado, não sendo alvo de PPs para a resolução de problemas coletivos, conforme apresentado na definição acima. No entanto, com a redemocratização e a Constituição de 1988, novos espaços de participação social foram abertos, reconhecendo os direitos dessa categoria social, como afirmam Grisa e Schneider (2015, p. 21):

(...) a criação do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura familiar (SAf) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país; e, em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

A Lei Federal nº 11.326, de 2006 (BRASIL, 2006), citada pelos autores, estabelece as diretrizes para a formulação de políticas nacionais para a agricultura familiar, caracterizando os agricultores familiares como aqueles que exercem atividades no meio rural e cuja mão de obra utilizada em todo o processo de produção e comercialização é predominantemente da própria família.

Essa conquista deve-se à atuação dos movimentos sociais, que se tornaram mais incisivos no final da ditadura militar, reivindicando seu espaço nas arenas públicas, conforme discutido nos capítulos anteriores. Apesar do esforço desses atores em reivindicar e participar da construção de políticas públicas, suas conquistas ficaram aquém das reivindicações, prevalecendo as ideias e interesses da agricultura patronal na elaboração e benefício dessas políticas (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

As PPs para a agricultura familiar, desencadeadas após a criação do PRONAF, constituem um conjunto de ações do Estado para promover o desenvolvimento sustentável do setor. Grisa e Schneider (2015) apontam que há três gerações de PPs para a agricultura familiar. A primeira geração focou no viés agrícola e agrário, nas décadas da ditadura militar e no início da redemocratização, com um conjunto de ações e políticas como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos às exportações, aquisição de insumos, expansão da fronteira

agrícola, investimentos em infraestrutura e a constituição da Lei Agrícola. Foi nesse contexto que o PRONAF foi criado, tornando-se a principal política agrícola para a agricultura familiar.

A segunda geração voltou-se para a construção de um referencial social e assistencial, com início nos anos 1990 até meados dos anos 2000, incluindo programas como o Comunidade Solidária, posteriormente consolidado como Programa Fome Zero, além da criação do Bolsa Família, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Plano Brasil sem Miséria e Programa de Habitação Rural. Em geral, esses programas de transferência de renda contemplaram a agricultura familiar, ainda que não de forma exclusiva. A terceira geração focou na construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade ambiental, com a criação PAA e do PNAE.

O PAA e o PNAE foram criados no âmbito das estratégias do programa Fome Zero, criado em 2003 para combater as causas e as manifestações imediatas da fome e insegurança alimentar no Brasil (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013). A criação desses programas é resultado de reivindicação de movimentos sociais. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e combate à fome o PAA tem como objetivos primordiais, promover o acesso das pessoas a alimentação saudável, em especial as em vulnerabilidade social, e incentivar a produção da Agricultura Familiar, para isso o governo federal se compromete em realizar a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para distribuição em organizações das redes socioassistencial, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos (BRASIL, s.d).

Já o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial e formação de hábitos saudáveis nas escolas, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, com a oferta de refeições nutricionais, incentiva a aquisição de alimentos provenientes do âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais (BRASIL, 2015). Os dois programas têm como diretriz o desenvolvimento da agricultura familiar por meio da geração de renda no acesso a esses mercados institucionais, ambos contam com formas diferentes de acessá-los. Para isso o PAA dispensa licitações, enquanto o PNAE abre chamadas públicas para os agricultores e tem uma série de requisitos (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013).

A existência desses programas permite o reconhecimento e o fortalecimento da agricultura familiar como produtora de alimentos e agente econômico (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013). Além disso o acesso a esses mercados trouxe diversos benefícios aos agricultores familiares do País, como incentivo a diversificação da produção,

fortalecimento da organização dos produtores, geração de renda, aumento do volume de produção, dinamização da economia local, garantia de venda entre outros (SAMBUICHI et al, 2014).

A seguir, serão apresentadas as percepções sobre as PPs para a agricultura familiar no âmbito local, a partir da visão de atores sociais-chave que, em algum momento, tiveram vínculo com o STTR.

### **3.2 Percepção do STTR acerca de Políticas Públicas e Desenvolvimento para Agricultura Familiar**

Como discutido no capítulo anterior, podemos perceber na história, a influência do STTR na questão agrária, no desenvolvimento e organização da agricultura familiar de Santarém ao longo dos anos. Ele atuou na organização dos agricultores, pressionando os governos a formular PPs, garantir direitos básicos, como o acesso à terra, além disso sua atuação foi fundamental para desenvolvimento da produção e comercialização da produção dos agricultores e agricultoras da cidade.

Através das entrevistas realizadas foi possível captar a percepção de atores chaves do sindicato sobre políticas públicas de desenvolvimento para a agricultura familiar como será mostrado a seguir. Os principais temas abordados nessas entrevistas foram o do crédito agrícola, assistência e previdência social, produção e comercialização de produtos da Agricultura Familiar, o tema do direito à terra e da regularização fundiária, a expansão do agronegócio, as oportunidades para a agricultura familiar e a organização sindical.

Uma das percepções mais marcantes na atuação do sindicato, ainda no século XX, é dele como um dos principais instrumentos de organização dos agricultores, conforme percebe-se com o relato do Entrevistado 1 (2024):

Bom, então, nessa nossa sistematização e reflexão, a gente percebeu a importância da união das pessoas através do grupo de interesse, mas a gente também percebeu o limite, né? Que essa exploração que existe é um sistema todo, né? Então, é preciso mexer nesse sistema, né? E aí, a gente viu que o sindicato era um órgão de classe dos trabalhadores que podia lutar por melhorias, embora não tivesse a força que tem a política, mas era uma ferramenta importante para lutar pela produção e tudo, né? E aí, então, a gente, nas reflexões, chegou ao entendimento de que era importante a gente ampliar esse trabalho, né? De organização comunitária para um trabalho sindical, né?

Após a tomada de consciência de classe e a percepção de que o sindicato seria um aliado, iniciou-se o processo de união dos trabalhadores rurais e ator principal no desenvolvimento da agricultura familiar e luta por PPs efetivas.

Os relatos coletados em entrevistas, evidenciam que as políticas voltadas para a agricultura familiar implementadas nos últimos 20 anos foram conquistadas através de lutas da classe, da organização sindical local e nacional. Antes da organização sindical Nacional e local, como a CUT, CONTAG, entre outros órgãos que reivindicaram melhorias, as PPs para o setor eram escassas, de acordo com os entrevistados não haviam mecanismos do governo para os pequenos agricultores:

Era tudo por conta própria. Como eu te falei, não tinha assistência, não tinha mercado, o mercado era o povo que trazia e oferecia... Só para tu ter uma ideia, cansei de ver Pau de Arara na época lá de São Jorge, eu mesmo produzia, trazia um cacho em todo do Pau de Arara, botava 10, 15 cachos de banana...chegava em Santarém, ia vender lá na feira... lá na feira da prainha. Criaram aquela feira lá na praia no lado da... A gente parava o caminhão e descia cacho de banana com 100, 120 bananas, um o real cacho de banana, a gente vendia um cacho por um real, mas olha só o tanto de dinheiro eu trazia 15 cachos, 15 reais naquela época dava para comprar um saco de açúcar, sabe? O açúcar era em saca, uma caixa de óleo de 48 latas, nesse tempo o óleo era 48 latas, e eu comprava um monte de coisa com dinheiro só da banana, eu trazia banana, trazia pupunha trazia galinha, trazia ovo E a gente vendia para todo mundo entende? Então era assim, mas não era um preço mínimo que o governo tinha para aquele produto. (...) Se você chegava com um saco de farinha o cara vinha com aquele negócio furava... furava a outra... era assim, nem perguntava se podia furar o teu saco de farinha, era o comprador, era o marreteiro... Queria comprar Para depois selecionar, naquele tempo a gente vendia 60 quilos eles tiravam 10 Faziam o saco de 50 e vendia 50 quilos. Eles só compravam 10. E vendiam 60 quilos, mas era assim a vida (ENTREVISTADO 3, 2024).

Além do problema de produção, eles enfrentavam a falta de logística de transporte para escoar a produção, e a exploração por meio dos atravessadores e comerciantes. Esses problemas eram enfrentados sem auxílio do governo por meio de políticas, no entanto a partir da organização sindical o cenário mudou.

Dentre as políticas implementadas que tiveram maior impacto na vida dos trabalhadores rurais foram citadas pelos entrevistados algumas como: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), PRONAF, CAF, PNAE, PAA, Política de preços mínimos para a produção, Assistência Técnica (EMATER) e previdência rural através do FUNRURAL.

Além das que não era focada especialmente nos agricultores familiares, mas acabaram beneficiando o setor, as políticas de assistência social como o Programa Bolsa Família, Luz para Todos, implementação de escolas e postos de saúde em comunidades rurais.

A primeira política de crédito agrícola foi o FNO implementado em 1989, conquistado através de mobilização popular, de acordo com os entrevistados:

Então a gente e a gente teve muitas conquistas, né? O FNO, por exemplo, nós fomos a Belém e fizemos um movimento lá e precisou derrubar as portas do BASA pra poder a gente fazer essa mudança, senão quebramos as portas de vidro lá e invadimos e tudo, aí nos atenderam e criaram o FNO. (...) Teve uma luta naquela praça lá da República, nós colocamos cinco mil pessoas lá. Na frente do BASA. Fomos com um barco aqui lotado. Pra lá. (...) Nós ficamos lá três dias, esperando, achando dispensas. A gente sabia que eles não iam atender a gente, mas a gente não podia chegar lá invadindo. – Olha, a gente quer conversar, tem uma comissão. – Ninguém vai conversar com vocês, não. – Tá bom, então. Cantar, então. Pensar uma estratégia. Aí, na hora que o pessoal, umas pessoas se aproximaram, com chapéu, tudo. Pra lá, na hora que começaram a cantar. Agora nós vamos pra luta. Aí a vida do BASA foi embora. Aí eles receberam. Receberam a comissão (ENTREVISTADO 1, 2024).

Para eles o acesso ao crédito rural do FNO foi muito significativo, e juntamente com a política de crédito governamental, os agricultores passariam a ter garantia de assistência técnica por meio da EMATER.

Após o FNO, foi criado o PRONAF, considerado a mais importante política de crédito agrícola exclusivo para agricultores familiares. Alguns entrevistados relataram que dos últimos 20 anos, o PRONAF foi muito importante para a agricultura familiar da região, no entanto para acessá-lo os agricultores encontram uma barreira comum:

Assim, existem as políticas públicas que, em tese, são fáceis de acessar. Mas na prática, não são. Eu falo de uma política chamada de Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou PRONAF. Beleza. Tá aí o dinheiro, juros baixos, tem arrebate, desconto, é muito bonito. Só que pra você chegar a ele, que é o problema. Qual é o primeiro obstáculo (...), chama-se: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF. Porque pra acessar essa política, a pessoa ou as pessoas tem que ter seu cadastro. Não tem que ser só crédito, PRONAF. Uma cooperativa pra acessar tem que ter do número de cooperados e cooperadas 75% de CAF, Cadastro Pessoa Física. Pra poder ter um cadastro pessoa jurídica. (...) Aí por que tem no PRONAF? Tem o PRONAF jovem, PRONAF mulher, PRONAF fomento, PRONAF custeio, PRONAF e vai embora. Só que para chegar tem que ter esses documentos. Ah beleza, eu tenho documento aqui, tá aqui, tá. Agora você precisa de um técnico credenciado junto ao banco. E aí o bicho pega. De novo. (...) Ah porque é falta de organização, falta de bons projetos. Pode até ser. Mas não tem esse documento que é importante. E que depende do governo (ENTREVISTADO 5, 2024).

O entrevistado citado informou que a burocracia para acessar o crédito é um empecilho na região. E além disso, muitos agricultores não tem o título definitivo da terra, que é um dos requisitos para receber crédito rural no programa.

Ao serem perguntados sobre as PPs que tiveram maior impacto positivo na vida dos agricultores, os entrevistados trouxeram diferentes opiniões e críticas, um dos entrevistados argumentou que:

(...) eu acho que o mais importante, talvez foi o PRONAF, né? Que até hoje está aí o PRONAF. O grande problema nosso, aqui da nossa região, não só aqui, é que a grande maioria das terras não são regularizadas, né? (...) e a criação da Resex teve maior impacto positivo para os moradores e para preservação ambiental (ENTREVISTADO 2, 2024)

Para ele o maior impacto positivo veio do acesso ao crédito rural pelo PRONAF, que atendeu agricultores rurais do Brasil inteiro, através deste financiamento conseguiram alavancar a produção e trazer melhorias para o campo.

Outra política muito significativa para o setor é a previdência social, como ressaltado nos capítulos anteriores o sindicato era responsável pelo encaminhamento dos agricultores ao FUNRURAL para receber benefícios previdenciários:

(...) Inclusive na questão da previdência social. Só nisso já tem muito direito. A aposentadoria, que antigamente o homem só podia se aposentar com 65 anos, a partir dos 65 anos. Se a mulher fosse casada, não tinha direito de solicitar a aposentadoria. A partir da luta sindical, o trabalhador rural, o homem, começou a requerer a partir de 60 anos a sua aposentadoria. A mulher a partir dos 55. Aí teve salário de maternidade, pensão por morte. Até auxílio reclusão, auxílio doença. Essas coisas. Então só na previdência social, que é uma coisa que chamou muita atenção dos trabalhadores. Foi um, tantos direitos garantidos nessa área da previdência, que isso chamou a atenção dos trabalhadores, porque o sindicato se tornou a principal instituição para declarar que aquela pessoa era trabalhador... Trabalhadora rural. Então só a declaração, tem um momento que só a declaração do sindicato, o pagamento da mensalidade, a ficha que está arquivada aqui, era suficiente para comprovar que a pessoa era trabalhadora rural. Então teve esse êxito. Muitos e muitos direitos foram conquistados (ENTREVISTADO 7, 2024).

A conquista de previdência social foi uma vitória para a classe dos agricultores, que antes não eram considerados dentro dos direitos trabalhistas implementadas aos trabalhadores urbanos.

E essa vitória foi responsável por chamar a atenção e a necessidade dos agricultores em se associarem ao sindicato, pois era uma ponte de acesso aos benefícios e garantia de direitos. Outro entrevistado complementou que “O maior impacto que eu acho, eu acho que foi na previdência social. Porque olha, milhares, milhares até hoje, mesmo com toda dificuldade que o sindicato tem, mas ele continua encaminhando os trabalhadores rurais” (ENTREVISTADO 7, 2024).

Para ele essa política foi um grande avanço, através do sindicato, as diversas modalidades que entram na categoria de agricultor familiar como os extrativistas tiveram a

possibilidade de ter acesso a benefício de previdência, pessoas que vivem da extração de óleo de andiroba, castanha do Pará, artesanato de produtos extraídos da floresta, e antes eram invisibilizados, a partir de se associar ao sindicato passaram a ter direito a aposentadoria como agricultor familiar.

Para além das políticas de crédito e previdência, foram implementadas políticas de apoio à comercialização da produção das comunidades rurais, como apontado por um dos entrevistados:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, uma política pública também, muito importante. Assim como o Programa da Aquisição de Alimentos é muito importante. Esses facilitam um pouco assim da parte de pessoa física, porque eles pode ser pessoa física mesmo pode acessar, né. Entregar pro PAA, pro PNAE. Ele facilita um pouco (ENTREVISTADO 5, 2024).

Após a implementação do PAA e PNAE, agricultores da região conseguiram escoar sua produção através dos programas, uma das facilidades é a compra direta do pequeno produtor sem a necessidade de licitação e Certidão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Somando com os mercados institucionais acima, a atuação do STRR foi importante para criação de feiras na cidade. Através da parceria entre a Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN) com o sindicato, prefeitura de Santarém e outros órgãos, nos anos 80 e 90, foi possível a criação das feiras do Mercado 2000, que hoje é a principal feira de abastecimento do Baixo Amazonas, feira da Cohab, e a feira do Aeroporto, importantes pontos de comercialização dos trabalhadores rurais de Santarém, no qual são responsáveis por 80% da comercialização dos produtos agrícolas no município segundo informações da APRUSAN (MORAIS; GUEDES; CARDOSO, 2017).

Abriu-se mercados para comercialização dos produtos da agricultura familiar, no entanto, há o problema de falta de mecanização da produção: “Olha, isso daí é um sofrimento pra nós. É um sofrimento porque, por exemplo, até hoje nós trabalhamos manual. Todos nós trabalhamos manual. Nós temos vontade de trabalhar em terra mecanizada. Mas, isso daí ainda não chegou.” (ENTREVISTADO 6, 2024). A mecanização e modernização do plantio seria importante para a qualidade e volume de produção.

Os entrevistados informaram que os principais desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar na região, é a garantia de terras e a mecanização da produção através do acesso a tecnologias para o campo para que os agricultores familiares possam resistir (ENTREVISTADO 1, 2024). Um dos entrevistados demonstrou sua preocupação com o volume de produção e as mudanças climáticas:

Um dos desafios é, assim, a gente tem que ter volume de produção. Volume de produção porque o mercado existe, mas também ele exige. Uma delas, tá? Eu tenho que ter uma certa quantidade de produtos, diversos, não é só um, com frequência. Ou seja, se eu quero ter esse mês, quero ter no próximo mês, quero ter nesse mês. Então, isso aí é um desafio que a gente precisa superar. Para superar esse desafio tem que haver investimento. Investimento em crédito, assistência técnica. Crédito é o meio ali, mas assistência técnica para ajudar a estruturar, organizar as comunidades, os agricultores, de forma coletiva, para poder ter acesso ao crédito, porque ele vai ter um plano de produção, ter acesso ao crédito para poder atender o mercado.

[...] O outro desafio é a compreensão da nossa população nessa nova, digamos, esse novo ciclo que nós estamos vivendo. O agro-extrativismo. Que antes devia ser só uma da agricultura, agricultura. Quando a gente migra para o extrativismo, aqui na nossa região, ele não tem essa vocação, essa cultura de produzir em quantidade. Sempre teve, muitos anos, sempre teve, mas para subsistência, não para comercialização em escala, ou em grande escala. Então, esse é um outro desafio. Outro que a gente percebe que não depende da gente, chama-se clima. Porque mesmo que a gente está produzindo, está plantando, está fazendo os sistemas agroflorestais, mas se não tiver água, e aí não é só água, porque a água em algum lugar a gente percebe que não está resolvendo o problema, só água. Mesmo que está molhado, mas o calor é imenso, isso queima a folha da planta (ENTREVISTADO 5, 2024).

Os entrevistados argumentaram que sem a mecanização, a garantia da terra, assistência técnica para produção, e formas de mitigar o impacto das mudanças do clima, não é possível aumentar o nível de produção para atender os mercados, sem esses mecanismos a agricultura familiar permanecerá para apenas a subsistência das famílias.

As PPs voltadas exclusivamente para a agricultura familiar foram implementadas após reivindicações dos órgãos de classe, tiveram outras políticas governamentais que vieram para somar na assistência as comunidades rurais, como implementação de escolas de ensino básico, postos de saúde, microssistemas de água e melhoria de ramais.

Outro entrevistado informou que as políticas de assistência social e infraestrutura foram as mais impactantes para as comunidades rurais:

A energia, né? A chegada da energia ajudou muito nas nossas regiões, né? Porque quando a gente não tinha energia as coisas eram mais difíceis, né? Então, depois da energia foi uma coisa, e ramais também, né? Porque tem uma vez, muitas comunidades, às vezes, não tinham acesso a um transporte, alguma coisa, né? E depois dos ramais, não. É outra política também que foi muito boa também, né? Muito positiva pra todas essas comunidades (ENTREVISTADO 8, 2024).

De fato, a energia propiciada pelo Programa Luz para Todos a partir de 2003, proporcionou uma grande mudança nas comunidades. A partir dela foi possível construção de poços artesianos, iluminação nas residências e nas ruas, diversas mudanças que beneficiaram as comunidades rurais.

O STTR atuou no monitoramento dessas PPs. Além disso atuou na luta pela regularização e criação de territórios coletivos e individuais na cidade, que beneficiou as comunidades e diversas famílias com o direito à terra. Para os entrevistados, apesar dos avanços que algumas PPs proporcionaram para os agricultores rurais, ainda é necessário efetivo planejamento e formulação de políticas que precisam ser implementadas para melhorias do setor na região, principalmente no que tange aos problemas agrários na região.

Para eles é necessário o ordenamento territorial, para delimitar o espaço de plantação de monoculturas, preservar as terras dos pequenos agricultores, e garantir os espaços de conservação ambiental:

(...) Então, esse foi um grande... um grande problema aqui na nossa região. Talvez não seja o problema do agro. O problema foi o desordenamento, né? O desordenamento, não teve um ordenamento aqui na nossa região. Olha, aqui pode plantar, né? Aqui faz isso, né? O problema é que foi um monte de gafanhoto que foi chegando, derrubando, derrubando, derrubando, pegando, né? Se você andar aqui na Santarém Jabuti, lá para o Placa, lá para o São Benedito, soja para todo lado. Vai aqui para o Ituqui, soja para todo lado, né? Então, a única vantagem que nós tivemos, grande, foi nós ter essas unidades de conservação, principalmente aqui na área mais ribeirinha (ENTREVISTADO 2, 2024).

Para o entrevistado o “desordenamento” territorial foi um grande problema, e o avanço do agronegócio sem este ordenamento, inflama os problemas agrários, comunidades rurais inteiras desaparecem para dar lugar a monocultura de soja e milho, o uso de agrotóxicos utilizados nas grandes plantações afeta agricultores familiares próximos:

Os desafios hoje em dia são muitos, né? Porque devido ter chegado esse pessoal da soja, depois que chegou pro nosso município aqui de Santarém, pra nossa região, né? A agricultura familiar, ela tem caído muito, né? A gente vê que a maioria já desistiu da agricultura devido os agrotóxicos, né? Que tem na região. (...) É, no caso, assim, deixa de trabalhar pra ele, porque eu vou trabalhar, não dá mais nada, não sei o que. Não dá nem isso ainda. Eu logo trabalho logo com o gaúcho aí, que pelo menos toda semana eu tô recebendo. Da gente é isso ainda. Mas, já tem ainda, na minha comunidade lá não são muitos, são quarenta e poucas famílias só. Já tem ainda pelo menos umas dez ainda que ainda trabalham. (ENTREVISTADO 8, 2024).

Para este entrevistado o grande desafio da agricultura familiar é a expansão da soja, no caso da sua comunidade agricultores estão deixando seus roçados para trabalhar subordinados ao agronegócio, que inviabilizou o desenvolvimento das plantações ao redor, pelo uso intensivo de agrotóxicos.

O STTR como influenciador de PPs e do processo de desenvolvimento da agricultura familiar na cidade tem diversas percepções sobre o futuro da agricultura familiar. Há a convicção de que agricultura familiar é um setor de extrema importância para a

economia e segurança alimentar da cidade, no entanto enfrenta problemas para o seu desenvolvimento contínuo:

Eu acho que a agricultura familiar não vai se acabar, né? Mas se a gente for ver o alimento do dia a dia, vem da agricultura familiar. É o Mercado 2000. O exemplo de feiras, né? Cohab, né? A farinhazinha que nós comemos todo dia, né? Ah ... O ... Então ... O arroz, o milho, as coisas que o agro produz aqui, vai tudo embora para fora. A soja, né? Então acho que a agricultura familiar teria que ter mais esse incentivo por parte do próprio poder público. Abertura de ramais, apoio técnico, né? Semente selecionada, né? (...) Então, como que o próprio poder público pode ... É ... Interferir nisso, né? Porque, daqui a pouco, trabalha, trabalha, trabalha e ... Muitas vezes não compensa até no sentido disso aí, né? Não temos uma forma de escoar essa produção. Se você for ver hoje, o que tem de fruta nessas comunidades é muito. A maioria se estraga, né? (ENTREVISTADO 2, 2024)

Eles expõem a sua preocupação com abastecimento dos alimentos da agricultura familiar na cidade, e também com as mudanças climáticas que afetam diretamente o setor:

(...), mas a gente tem a visão de que ninguém sobreviverá sem a produção familiar, sem a agricultura familiar, ninguém sobreviverá. Porque eu não posso olhar, mesmo que eu tenha o peixe ou a carne, eu não olho só isso, eu tenho que ter os temperos que vêm da agricultura familiar. Quem come a farinha, tem que ter a farinha, e quem come o arroz, tem que ter o arroz, e a gente cria também, a gente tem outras criações. Então, a preocupação com o futuro, não é porque, é porque eu ligo a televisão e eu me desespero com o que está dizendo sobre o futuro nosso, com o nível do oceano subindo, aquecendo. (...) Então, a gente não desiste nunca, somos brasileiros e não desistimos nunca. Com apoio ou não, vamos continuar estimulando os agricultores a produzir e a colocar a semente na terra, que é isso que eu faço quase todos os dias. Colocar uma semente na terra (ENTREVISTADO 4, 2024).

Segundo um dos entrevistados, ele teme a escassez dos produtos da agricultura familiar devido as ameaças do agronegócio, busca incessante por terras que afasta os pequenos agricultores do campo, e também a falta de prioridade dos governos em auxiliá-los (ENTREVISTADO 6, 2024).

Além do êxodo causado pelo avanço do agronegócio e a pressão pelo mercado de terras, um dos entrevistados pontuou que a população rural está ficando mais velha, impossibilitados de trabalhar no campo, e pelo que ele observa os jovens saem das comunidades em busca de estudo e outras alternativas na cidade, o trabalho na terra não é mais uma opção (ENTREVISTADO 8, 2024).

Mas também, outros expressam positividade em relação as oportunidades que estão surgindo:

Nós estamos numa boa oportunidade de avançar. Assim, a agricultura familiar está no topo do negócio. Primeiro, é que a produção de alimentos saudáveis está escassa. A maioria da produção é de veneno, consequência doença e morte, por aí vai. Então, muitas pessoas já estão percebendo isso, estão procurando produtos orgânicos ou

agroecológicos, que não contêm veneno. Então, essa é, eu digo que é a grande oportunidade. E o outro, que entra o extrativismo, é que a Amazônia está no foco do mundo, inclusive agora está queimando tudo também. Mas ainda é a esperança do mundo, que diz o cientista. Então, os produtos da floresta, eles serão mais valorizados, com certeza mais valorizados, porque quem quiser, e aí tem a questão do crédito de carbono, aquela coisa toda, então manter a floresta (ENTREVISTADO 5, 2024).

Existe uma aposta na criação de mercado justo, em que a agricultura familiar tem a oportunidade de oferecer alimentos orgânicos e saudáveis, e uma crescente procura por esses produtos devido a uma maior consciência dos consumidores, que buscam uma alimentação saudável sem o exagero dos ultraprocessados. Em concordância com a citação acima, outro entrevistado afirma que para aproveitar as oportunidades é necessária adaptação do setor:

É, nós temos oportunidades, né, temos oportunidades, mas, não é, isso vai exigir, de nós, um, um grande esforço, de organização, né, de compreender, o mercado, que uma coisa, é a produção, para o consumo, para garantir, a segurança alimentar, mas, como a gente, precisa trabalhar, para ganhar dinheiro, quem está lá, na, na roça, precisa pensar, numa, numa forma, melhor, de melhorar, sua renda. (...) então, eu vejo, que, que a agricultura, familiar, o desafio, dela, é um, é uma série, um conjunto, de, de, de, de ações, é, porque, é, que eu, é bem complexo, muito complexo, porque, não é, só plantar, e colher, tem que conhecer, como plantar, tem que conhecer, tem que saber, a técnica, do trato, porque, já foi o tempo, que se plantava, assim, sem muita, orientação técnica, e se produzia, só que, agora, com, com o avanço, da tecnologia, com, a crise, climática, o pessoal, está vendo, vê, né, e quer acessar, o problema, é que, é difícil, acessar, essas coisas, e, esse, é o principal desafio, da agricultura familiar, é acessar, as novas tecnologias, né, para, produzir, com qualidade, e colocar no mercado, o pessoal, quer um produto, de qualidade (ENTREVISTADO 7, 2024).

Para ele isso só será possível com organização, planejamento e qualificação, um conjunto de ações que irão ajudar a aproveitar oportunidades.

Cabe a organização sindical esse planejamento para aproveitar oportunidades, assim como vem fazendo ao longo dos anos para acessar PPs. São visíveis as conquistas alcançadas através do acesso a políticas governamentais, muitas delas foram resultado de um processo longo de lutas e reivindicações sociais e muitas que ainda necessitam ser implementadas para auxiliar no exercício pleno dos agricultores familiares.

Os entrevistados reconhecem os avanços atuais, no entanto reforçam que a “garantia do funcionamento de políticas públicas tem que ser feita pela força da consciência da união dos trabalhadores” (ENTREVISTADO 1, 2024), e além do mais, pontuam que:

(...) Porque esse sistema de exploração (...) está muito enraizado. Então tem que tem que ter um choque. E esse choque é digamos assim, a força da consciência e da organização que vai fazer com que a gente mude. Porque olha, veja só, é difícil, mas o pessoal se eles... se eles olharem bem assim eles vão ver que a riqueza é uma coisa

que vem pela força do trabalho. Pode ter ouro, mas está lá debaixo da terra. Essa riqueza está escondida. Para ela funcionar para ela servir, tem que arrancar tem que trabalhar. Quem é que trabalha? Não é o dono da empresa. Quem trabalha é o peão que vai lá e tudo. Essa força de trabalho que faz a riqueza por causa do sistema que é um sistema que é tipo um funil, bota mais sei lá só para um ou para dois ou para um grupo ou ele se apropria dos meios de produção que é a terra no caso, por isso que a terra foi muito importante no sindicato mas também as máquinas ou isso é de quem trabalha ou se é de quem não trabalha é ele que vai levar o lucro. Então tem que mudar isso. Tem que colocar os meios de produção na mão de quem produz de quem trabalha, das condições da oportunidade. Ora, se ele produz a riqueza então ele pode ele deve ser o dono também dos meios que devem ser produzidos. Ele trabalha aqui produz e aí entrega essa produção para o intermediário. Aí quem fica com maior lucro do que ele produziu é o intermediário que não só vai pegar e passar para outro (ENTREVISTADO 1, 2024)

O entrevistado reforça que programas como o “Luz para Todos”, “Minha Casa Minha Vida”, “Mais médicos”, escolas nas comunidades rurais são muito importantes, e é evidente que eles alavancam as oportunidades e melhorias para os agricultores, no entanto para além dessas políticas o mais importante é a organização sindical, atuação em cooperativas, que através da solidariedade servem como guarda-chuva para os trabalhadores.

E na opinião dos entrevistados o sindicato tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura de diversas formas, mas principalmente na união e organização do setor:

eu acho que o segredo realmente é a força da união, é a força da união, para lutar por melhorias porque o sindicato luta por melhorias então tem que continuar e é preciso que realmente haja um fortalecimento na ideia de um sindicato combativo um sindicato que lute porque não tem outra saída para o povo que vive explorado ou eles se organizam e lutam para terem melhores condições ou não vem de graça não acontece as coisas (...) (ENTREVISTADO 1, 2024).

Com essa consciência apontada pela citação a cima, foi possível que o STTR contribuísse para independência e formação de outras entidades no interior da cidade:

(...), mas eu atribuo muito também que nós criamos muitas organizações. Por exemplo, aqui dentro da RESEX, aqui nessa área da RESEX, só aqui dessa RESEX, tem oito cooperativas. Exato. Dentro da RESEX, que são mais de 16, 16 associações intercomunitárias. Exemplo, né? Tem a Federação aqui. Tem a Federação aqui dentro da FLONA. Tem a Federação do Lago Grande, né? A FEAGLE. E daí foi se dividindo... se dividindo (ENTREVISTADO 2, 2024).

A luta sindical santarena teve diversas bandeiras de luta, que tinham como base a união dos trabalhadores, e ao auxiliar a criação de outras entidades permitia aumentar o alcance das mudanças propostas. Dentre as lutas empreendidas pelo STTR podemos citar:

(...) Primeiro buscar a luta para que a gente pudesse ter um mercado mais justo E esse mercado mais justo que a gente sempre achou foi o mercado do PAA e do

PNAE, que foi uma novidade que mudou a vida de muita gente, onde conseguiram acesso Então a gente luta, continuamos lutando para melhorar essa pauta, essa política desse mercado institucional, Para reativar a Conab aqui na região, para que ela possa absorver e que possa fortalecer com outras pautas Porque sem irrigação hoje não há produção Você não pode atear o fogo, nós temos que ter mecanização. Porque são práticas culturais por conta que a gente tem esses instrumentos, não tem outro que poderia ter Então eu acredito que uma coisa, o mercado Tem mais ou menos esse E hoje o próprio Santarém absorve esse produto Se ele traz um açaí, com certeza que ele vai vender tudo Porque ainda precisa mais incentivo para ampliar através desse recurso que nós necessitamos Que é um financiamento justo, um fomento, É água para irrigar E até mesmo a água potável, às vezes até isso ainda é difícil o acesso Parece Mentira, na região amazônica. Até a distribuição de mudas saudáveis também, os instrumentos que se tornassem mais fáceis, como o CAF, que é o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar Ainda tem muito entrave. Sem isso você também é como se você estivesse sem documento então o sindicato também luta para isso, para romper com essas barreiras e viabilizar essas condições. O sindicato expede também a CAF, que é uma identidade É uma identidade do agricultor familiar Então eu vejo que tudo isso está dentro da produção Então hoje esse nosso desafio também é fazer com que se a Conab voltar a ser instalada, esse é um modelo melhor que eu vejo principalmente para o programa de aquisição de alimentos. Porque aí não é o que a secretaria absorve, mas ela que diz o que ela quer Não é a gente que diz Então No PAA, via Conab é diferente É a gente que diz Então às vezes a gente tem produto que está na invisibilidade, A outra que a gente tem lutado é para verticalizar, para beneficiar(...) (ENTREVISTADO 4, 2024).

O sindicato fortalece as suas ações com parcerias institucionais com as universidades, escolas de ensino técnico, cooperativas, para buscar dinâmicas de ensino, melhoramento técnico, entre outras ações.

Segundo relatos dos entrevistados as ações mais efetivas do sindicato para o fortalecimento da agricultura familiar foram as lutas pela terra, e acesso a mercados institucionais conquistas potentes que representaram muito do esforço dos diretores e sindicalizados, além das bandeiras de lutas específicas o STTR atuou na luta pela educação, saúde, transporte entre outros, isso tornou o sindicato exemplo para os movimentos sociais de outros municípios (ENTREVISTADO 4; 5;6; 8, 2024).

Através de informações coletadas em entrevistas, foi possível perceber que atualmente o sindicato perdeu em quantidade de sócios, e está passando por dificuldades financeiras. E para mitigar problemas enfrentados pelo STTR os entrevistados fizeram algumas recomendações, primeiramente a necessidade de buscar formas para engajar os sócios no movimento sindical, buscar pessoas experientes para assumir cargos da diretoria e realizar parcerias com outras entidades (ENTREVISTADO 2, 2024).

Em resumo, para fortalecer a agricultura familiar, os diretores do STTR argumentam que é necessário assistência técnica permanente, sistemas de irrigação, e além disso as PPs direcionadas a agricultura familiar, destacando a problemática atual que é a mitigação das mudanças climáticas que auxiliem os pequenos produtores que são os mais

afetados (ENTREVISTADO 4, 2024), para aumentar o nível de produção, eles precisam de tecnologias e mecanização da produção (ENTREVISTADO 6, 2024).

Os entrevistados enfatizaram como o STTR foi um esteio fundamental de classe na região para o desenvolvimento e organização da agricultura familiar. Fortaleceu-se em período adverso para a democracia, mais garantiu terras para os trabalhadores, melhores condições de comercialização e assistência (ENTREVISTADO 2, 2024).

Apesar das diversas bandeiras de luta empreendidas ao longo dos anos, atualmente ele enfrenta uma baixa na mobilização e assiduidade dos sócios, representando um desafio para a reivindicação de PPs, que só são conquistados através de grande mobilização popular.

Para um dos entrevistados é necessário voltar a base dos primeiros anos, com foco em estudos e análise de conjuntura da situação das comunidades (ENTREVISTADO 3, 2024). Para outro entrevistado, o foco atual do STTR para o desenvolvimento da agricultura familiar deve ser na mecanização da produção, e organização estratégica, com metas e foco nos principais produtos da biodiversidade e alimentos orgânicos e saudáveis (ENTREVISTADO 7, 2024).

Com base nas percepções dos entrevistados apresentadas neste capítulo, pode-se reiterar a importância do movimento sindical para a organização dos agricultores familiares na região, e para o monitoramento e acesso a PPs. Além do mais, o movimento sindical de Santarém é de suma importância para a emancipação dos agricultores do grande capital.

Sua influência na questão agrária da região auxilia na diminuição das desigualdades causadas pela concentração e exploração de territórios, garantindo o direito básico dos agricultores que é o acesso a terra. Sendo assim, ele cumpre o objetivo de lutar pela terra, uma das motivações iniciais para sua criação.

Nas entrelinhas da história e da percepção dos entrevistados, analisa-se que só haverá plenamente o desenvolvimento da agricultura familiar, com a garantia da terra de trabalho. Os agricultores serão donos da terra, da força de trabalho e da produção. A partir disso, as considerações finais visam destacar as principais contribuições da pesquisa, e sugestão para futuras pesquisas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou analisar a história da questão agrária no Brasil e na Amazônia, com foco na atuação do STTR de Santarém ao longo de 50 anos. A pesquisa evidenciou a importância do STTR na organização e luta pelos direitos dos agricultores familiares, destacando suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico local e sua influência na implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

A partir da análise da história da questão agrária e da modernização da agricultura no Brasil e na Amazônia, foi possível perceber a desigualdade na distribuição de terras e as consequências desse problema estrutural no país, como a marginalização dos agricultores, a exploração de sua força de trabalho e sua subordinação ao grande capital. A questão agrária sempre foi alvo de disputa entre as classes dominantes, que buscaram apropriar-se da terra como mercadoria e fonte de geração de riqueza. Questões econômicas e políticas permeiam e influenciam o setor agrário, sem que sejam consideradas as populações tradicionais, indígenas e os agricultores familiares, que dependem profundamente da terra para sua reprodução social.

A modernização da agricultura excluiu os agricultores familiares, relegando-os a uma posição subordinada ao agronegócio. Diante disso, esses agricultores tiveram que buscar suas próprias alternativas de desenvolvimento. Ao longo dos anos, os governos implementaram PPs e normas que, em vez de reduzir, aprofundaram as desigualdades entre latifundiários e pequenos produtores. No entanto, a resistência social a esse cenário tem sido significativa. A presença dos sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil simboliza essa resistência e os avanços dos movimentos sociais, que lutam pela reforma agrária, por melhores condições para os agricultores familiares e pelo direito de permanecerem em suas terras.

O STTR desempenhou um papel fundamental na garantia e na reivindicação de PPs no município de Santarém. A união de camponeses de diversas origens — caboclos, indígenas, imigrantes nordestinos e colonos de outras regiões — permitiu ao sindicato atuar na formação educacional e na conscientização de classe desses agricultores. Como resultado, conquistaram-se direitos fundamentais, como o acesso à terra, direitos trabalhistas e a libertação da exploração pelos grandes latifundiários e comerciantes usurários. Além disso, as ações do sindicato em prol da produção e da comercialização dos produtos da agricultura familiar garantiram o abastecimento alimentar da cidade.

O STTR tornou-se um símbolo da história da agricultura familiar e da questão agrária em Santarém. Atualmente, seu principal desafio é enfrentar a expansão do agronegócio na região, que tem provocado o desaparecimento de comunidades rurais, injustiças e violência no campo. A expansão do agronegócio é resultado dos planos de "desenvolvimento" para a Amazônia, implementados pelos governos, que visam promover a empresa rural como motor dinamizador da economia local e regional. As mudanças climáticas atualmente são colocadas como uma preocupação dos agricultores familiares.

Nesse contexto, os atores entrevistados que participaram da história do STTR apresentaram neste trabalho de pesquisa percepções diversas sobre as PPs destinadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, o que ajudou a compreender a distância entre o que está previsto no papel e o que de fato foi realizado. Após a discussão dessas percepções e da história da questão agrária no Brasil e na Amazônia, percebe-se que as PPs de crédito agrícola e assistência técnica para a agricultura familiar, de certa forma, são excludentes e beneficiam principalmente os grandes produtores e as regiões mais desenvolvidas.

O STTR atua como um importante reivindicador de melhorias para a agricultura familiar na região, sendo a principal ponte de acesso a políticas fundamentais para o desenvolvimento do setor. No entanto, o sindicato ainda enfrenta desafios, como conflitos de terra, a necessidade de incorporação de tecnologias no campo e o enfraquecimento interno devido à evasão de sócios e problemas financeiros. As lutas empreendidas pelo STTR vão além das questões de produção e comercialização; são lutas por justiça no campo, pela manutenção de modos de vida, por direitos territoriais e pela sustentabilidade.

O estudo permitiu compreender a trajetória do STTR desde sua fundação em 1972, passando por momentos de intensa mobilização e conquistas significativas, como a luta pela terra, a criação de projetos de assentamento sustentável, a garantia de direitos previdenciários e o acesso a mercados institucionais por meio de programas como o PAA e o PNAE. A atuação do sindicato foi fundamental para a organização dos agricultores familiares, proporcionando melhorias na produção, comercialização e qualidade de vida no campo.

Além disso, o STTR desempenha um papel crucial na resistência contra a expansão do agronegócio e na defesa dos territórios tradicionais, como as comunidades ribeirinhas e extrativistas. Sua luta pela regularização fundiária e pela criação de unidades de conservação contribuindo para a preservação ambiental e a manutenção das práticas agrícolas sustentáveis.

A pesquisa aponta para a necessidade de PPs mais efetivas que garantam o acesso à terra, a mecanização da produção e a assistência técnica permanente para os agricultores

familiares. O STTR, apesar de suas conquistas, enfrenta atualmente desafios como a diminuição do número de associados e a falta de recursos financeiros, o que limita sua capacidade de mobilização e atuação. Para superar esses desafios, é essencial que o sindicato busque novas estratégias de engajamento, como parcerias com outras entidades e a revitalização de suas bases comunitárias.

Além disso, o estudo apontou a importância de políticas que considerem os impactos das mudanças climáticas na agricultura familiar, promovendo práticas sustentáveis e tecnologias adaptadas às condições locais. A valorização dos produtos da sociobiodiversidade e a criação de mercados justos para alimentos orgânicos e saudáveis são oportunidades que podem fortalecer a agricultura familiar e segurança alimentar na região.

Considerando que o problema evidenciado no trabalho foi devidamente abordado, espera-se ter contribuído para o debate sobre o tema, bem como para o entendimento das PPs voltadas para a agricultura familiar e do papel das organizações sociais nesses processos. Acredita-se que este estudo pode servir de base para futuras pesquisas, especialmente no que diz respeito à formação socioeconômica de Santarém e à estrutura agrária vigente.

O STTR desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos dos agricultores familiares e na promoção do desenvolvimento rural em Santarém. Sua trajetória de lutas e conquistas demonstra a importância da organização sindical na transformação social e na construção de PPs mais justas e inclusivas. No entanto, os desafios atuais exigem uma renovação de estratégias e um fortalecimento da mobilização popular para garantir que a agricultura familiar continue a ser um pilar essencial para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural e sustentável.

Este trabalho contribui para o entendimento da importância dos movimentos sociais e sindicais na promoção do desenvolvimento rural sustentável. A análise histórica do STTR revelou como a organização sindical pode ser um instrumento eficaz na luta por direitos e na implementação de PPs que beneficiem os pequenos agricultores. Além disso, o estudo preenche uma lacuna na literatura sobre a atuação do STTR na política agrária regional, oferecendo um panorama detalhado de suas ações e conquistas.

A realização deste estudo não foi isenta de desafios. A principal dificuldade foi a localização de alguns atores para as entrevistas, devido à falta de contatos atualizados ou à distância geográfica. Além disso, a escassez de literatura específica sobre o STTR exigiu um esforço adicional de coleta de dados primários, por meio de entrevistas e pesquisa de campo. Apesar desses obstáculos, a metodologia adotada permitiu a obtenção de informações valiosas que enriqueceram a análise.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, Julia Adão. **Expansão do Agronegócio na Amazônia: Dinâmicas E Contradições**. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.12957/tamoios.2022.63233. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63233> . Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. **Cartilha Nacional de Alimentação Escolar**. Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: FNDE, 2015. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao\\_escolar/Material\\_de\\_divulgacao/pnae\\_cartilha\\_2015.pdf](https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/Material_de_divulgacao/pnae_cartilha_2015.pdf). Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971**. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 1971. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1179.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1179.htm). Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. **Governo Federal lança programa Terra da Gente**. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/INCRA/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-programa-terra-da-gente>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Institucional**. Ministério dos Povos Indígenas. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.,e%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.,e%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola). Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. **O que é o Programa Nacional de Reforma Agrária**. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-nacional-de-reforma-agraria/o-que-e>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural vai fortalecer a permanência de jovens no campo.** Presidência da República. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/dezembro/plano-nacional-de-juventude-e-sucessao-rural-vai-fortalecer-a-permanencia-de-jovens-no-campo>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Presidente Lula assina homologação de mais três terras indígenas na véspera do aniversário de 57 anos da Funai.** Ministério dos Povos Indígenas. Brasília, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/presidente-lula-assina-homologacao-de-mais-tres-terras-indigenas-na-vespera-do-aniversario-de-57-anos-da-funai#:~:text=Terras%20ind%C3%ADgenas%20homologadas,-Em%202023%2C%20oito&text=No%20ano%20de%202024%20o,e%20Toldo%20Imbu%20\(SC\)](https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/presidente-lula-assina-homologacao-de-mais-tres-terras-indigenas-na-vespera-do-aniversario-de-57-anos-da-funai#:~:text=Terras%20ind%C3%ADgenas%20homologadas,-Em%202023%2C%20oito&text=No%20ano%20de%202024%20o,e%20Toldo%20Imbu%20(SC)). Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.357, de 2023.** Altera o art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2023. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2324747&filenome=PL%204357/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2324747&filenome=PL%204357/2023). Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Balanco: Funai volta a tratar demarcação de territórios indígenas como prioridade.** Ministério dos Povos Indígenas. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/balanco-funai-volta-tratar-demarcacao-de-territorios-indigenas-como-prioridade#:~:text=Os%20processos%20de%20demarca%C3%A7%C3%A3o%20foram,2%20no%20Dia%20da%20Amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto.** Estudos Sociedade e Agricultura, 1995. Disponível em: <https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/80/76> Acesso em: 07 nov. 2024.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira. **O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) E Do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) No Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar.** São Paulo: Unesp, Temas de Administração Pública. 2013. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-temas-versao-publicada.pdf> Acesso em: 21 fev. 2025.

CAMPOS, Marcos Paulo. **Política agrária e desdemocratização nos governos Temer e Bolsonaro.** Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, v. 13, n. 31, p. 40-62, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/10780> Acesso em: 18 nov. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Nota Pública contra o PL 4.357/2023, que ameaça a função social da terra.** Cpt.nacional.org, 2024. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/7000-nota-publica-contr-o-pl-4-357-2023> Acesso em: 13 dez 2024.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. 2 ed. Reform. São Paulo: Moderna, 2004.

DELGADO, Guilherme. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. Brasília: Ipea, 2005.

ENTREVISTADO 1. [Entrevista concedida à Dulce Maria Penaforte Maia]. Belterra, 25 set. 2024.

ENTREVISTADO 2. [Entrevista concedida à Dulce Maria Penaforte Maia]. Santarém, 14 out. 2024.

ENTREVISTADO 3. [Entrevista concedida à Dulce Maria Penaforte Maia]. Belterra, 21 out. 2024.

ENTREVISTADO 4. [Entrevista concedida à Dulce Maria Penaforte Maia]. Santarém, 28 ago. 2024.

ENTREVISTADO 5. [Entrevista concedida à Dulce Maria Penaforte Maia]. Santarém, 26 set. 2024.

ENTREVISTADO 6. [Entrevista concedida à Dulce Maria Penaforte Maia]. Santarém, 6 set. 2024.

ENTREVISTADO 7. [Entrevista concedida à Dulce Maria Penaforte Maia]. Santarém, 08 out. 2024.

ENTREVISTADO 8. [Entrevista concedida à Dulce Maria Penaforte Maia]. Santarém, 24 set. 2024.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **O estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v.1, 1976. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/82a0a082-432f-4abd-904b-844492b86ea7/full> Acesso em: 22 dez 2024.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª Edição. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2005.

GERALDO, José. **Organização, consciência e luta**. Santarém: Editora União, 2003.

GOMES, Taynara do Vale; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; COELHO, Helder Santos; OLIVEIRA, Kamila Diniz. **SANTARÉM (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações**. cadernos MetrÓpole. [online]. vol.19, n.40, p.891-918, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/khBWn7s9zsBh6HfW33DCBWr/?lang=pt> Acesso em: 4 fev. 2025.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JR., Rudinei. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Editora Altas, 1997.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232410/000975223.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 09 ago. 2024.

INFORMATIVO LAMPARINA. **Informativo do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém**. Santarém: STTR, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico de Santarém (PA)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/historico>. Acesso em: 22 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Santarém - PA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2025.

JORGE, A. A.; COSTA, B. G.; BORGES, G. A. B. **Criação e reestruturação de ministérios no Governo Lula: uma análise a partir das lutas camponesa, indígena e ambiental**. Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, e023014. e-ISSN: 1984- 1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2023.9899>. 2023.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. **Marchas e contra-marchas na política agrária**. Inesc: 1994.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, Fase, 1991.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MATTEI, Lauro; JÚNIOR, Plínio de Arruda Sampaio; RODRIGUES, Fabiana de Cássia; COLISTETE, Renato Perim; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Questão Agrária no Desenvolvimento Brasileiro Contemporâneo**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Gilberto de Souza; MARQUES, Indira Rocha. **Luta Camponesa e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Sundermann, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível dialogo sobre a história possível**. Tempo Social; Ver. Sociol. USP: São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3cKRhQt3XTpyYLnPRQYsMFw/?format=pdf> Acesso em: 22 ago. 2024.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MORAIS, Lenize Bentes de; GUEDES, Eneias Barbosa; CARDOSO, Cidiane Figueira. **Feiras Livres: Espacialidade e Temporalidade da reprodução Camponesa**. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VIII, 2017. Curitiba. Anais. Curitiba, 2017. Disponível em: [https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt18\\_1506818720\\_arquivo\\_artigofeiraslivres.pdf](https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt18_1506818720_arquivo_artigofeiraslivres.pdf) Acesso em: 19 de fev. 2025.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. Hucitec: São Paulo, 1997.

NORONHA, C. U. A. **Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento**. Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, Brasil, v. 22, n. 2, p. 185–191, 2012. DOI: 10.18224/frag.v22i2.2307. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307> . Acesso em: 15 jan. 2025.

PRADO JÚNIOR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PODOLESKI, Onete da Silva. **Lei de Terras de 1850**. Florianópolis: Revista Santa Catarina em História -UFSC, 2009. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/182> Acesso em: 26 set 2024.

ROCHA, Betty Nogueira. LEÃO, Sandro Augusto. **Colonização e Questão Agrária na Amazônia**. In: Seminário Comemorativo dos 30 Anos do CPDA, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; GALINDO, Ernesto Pereira; OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino de; MOURA, Adriana Maria Magalhães de. **Compras Públicas Sustentáveis E Agricultura Familiar: A Experiência Do Programa DE Aquisição DE Alimentos (PAA) E Do Programa Nacional DE Alimentação Escolar (PNAE)**. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Ana Paula Moreira da; OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino de. Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas (Org.). Brasília: IPEA, 2014. Cap. 3, p. 75 – 104. Disponível em: [file:///D:/Usu%C3%A1rio%20Principal/Downloads/livro\\_politicasagroambientais.pdf](file:///D:/Usu%C3%A1rio%20Principal/Downloads/livro_politicasagroambientais.pdf) Acesso em: 23 fev. 2025.

SECCHI, Leonardo. COELHO, Fernando. PIRES, Waldemir. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Sistematização da produção bibliográfica do programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA**. Belém: SUDAM, 2023. Disponível em: <http://repositorio.sudam.gov.br:8080/sudam/biblioteca/catalogos-bibliograficos/catalogo-do-polamazonia.pdf> Acesso em: 12 jan 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazaret Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Rio de Janeiro: Estudos, Sociedade e Agricultura, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238> Acesso em: 10 de fev. de 2024.

## **APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).**

### Seção 1: Apresentação Pessoal

1- Fale um pouco de você e de sua trajetória (apresentação pessoal)

### Seção 2: História e Evolução do Sindicato

2- Como você descreveria o papel do sindicato na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais em Santarém desde a década de 1970?

3- Quais foram os principais desafios enfrentados pelo sindicato durante a sua atuação?

4- Quais foram as principais conquistas do sindicato?

### Seção 3: Percepções sobre Políticas Públicas

4- Como você avalia as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar implementadas nos últimos 20 anos?

5- Quais políticas públicas você considera que tiveram o maior impacto positivo na vida dos trabalhadores rurais?

6- Quais políticas públicas você acredita que ainda precisam ser melhoradas ou implementadas?

### Seção 4: Desenvolvimento da Agricultura Familiar

8- Como o sindicato tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar em Santarém?

9- Na sua opinião, quais são os principais desafios atuais para o desenvolvimento da agricultura familiar na região?

10 Como você vê o futuro da agricultura familiar em Santarém? Quais são as principais oportunidades e ameaças?

### Seção 5: Avaliação e Recomendações

11- Na sua experiência, quais foram as ações mais efetivas do sindicato para fortalecer a agricultura familiar?

12- Que recomendações você faria para melhorar a atuação do sindicato e a implementação de políticas públicas para a agricultura familiar?

13- Existe algo mais que você gostaria de acrescentar sobre o papel do sindicato ou sobre o tema da agricultura familiar?